



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CLARICE MARTINS DA ANUNCIAÇÃO LIMA

**ESCREVIVÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO:
A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE
SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2026

CLARICE MARTINS DA ANUNCIAÇÃO LIMA

**ESCREVIVÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO:
A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE
SERGIPE**

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2026

**ESCREVIVÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO:
A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE
SERGIPE**

CLARICE MARTINS DA ANUNCIAÇÃO LIMA

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Mônica Cristina Silva Santana
(Membro convidada- Externo)

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco
(Membro convidado- Interno)

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos são destinados aos que vieram antes de mim, os que partiram e os que ainda estão aqui. Gostaria de poder agradecer presencialmente a minha avó Valdelice, que partiu tão jovem, por ter lutado tanto para criar sozinha meu pai e ter conseguido levá-lo tão longe. Também gostaria de poder agradecer pessoalmente ao meu avô José, que partiu a poucos meses, e tê-lo comigo no dia da minha formatura. Ele falaria algo como: “Parabéns, Cacau” e riria. Por causa dele e da minha avó Nilzete, seus filhos e netos tiveram oportunidades que eles não tiveram.

Agradeço minha avó Nilzete, que mesmo sendo menor que eu ainda me chama e me vê como sua Claricinha. Também sou imensamente grata aos meus pais, Carlos e Nivaldete, e à minha irmã Clara por terem me criado, incentivado e acreditado no meu potencial mesmo com minhas constantes inseguranças. Aos meus tios, tias, primos e primas sou grata por todos os sorrisos e conversas trocadas que ajudaram na constituição da minha personalidade e do meu pensamento crítico. Ainda acerca da formação da minha criticidade, agradeço ao meu orientador, que está numa jornada de parceria e estudos comigo desde meu ingresso em 2022 no Centro Internacional de Estudos Árabes e Islâmicos, e a todos os professores que passaram pela minha jornada universitária.

Agradeço meus amigos-irmãos (os amigos e amores da UFS, minhas amigas do meu condomínio de infância, e minhas amigas de escola) por cada lágrima derramada e por cada gargalhada compartilhada. Para os que estiveram na Universidade comigo posso afirmar que sem vocês e sem nossas noites de bebedeira, choro, comidinhas gostosas e filmes aos quais menos assistimos e conversamos mais, eu não teria conseguido seguir até o fim. Também tenho imensa gratidão pelas mulheres incríveis com as quais trabalhei durante mais de dois anos no OPoPVida. Todas são profissionais incríveis e contribuíram muito na minha formação como mulher e como trabalhadora. Destes anos juntas tirei amizades que levarei para a vida toda.

Por fim, mas igualmente importantes, agradeço com todo meu coração às pessoas das comunidades tradicionais com quem trabalhei durante meu período no Observatório. Às minhas crianças-tesouros das Cirandas e cirandinhas que participei, agradeço por me mostrarem as pequenas e simples felicidades da vida, espero que seu brilho nunca apague. Às mulheres que confiaram em mim, torço que eu tenha as tratado com o carinho com que fui tratada. E, aos jovens/adolescentes que tive o prazer de fazer atividades conjuntamente, desejo

que vocês ocupem todos os lugares existentes, porque nada deve estar fora do alcance dos seus sonhos.

*Espero que um dia todas as pessoas, independente da sua idade, cor ou gênero, possam
brincar e se encantar pelas mais simples coisas da vida*

RESUMO

O presente trabalho busca a construção de uma nova memória coletiva sobre o trabalho infantil doméstico de meninas negras no Brasil, a partir da mescla de memórias silenciadas com memórias oficiais (Pollak, 1989) sobre o combate dessa prática nacional e internacionalmente. Na tentativa de subverter os métodos de pesquisa e o objeto dominantes das Relações Internacionais, a pesquisa de inspiração etnográfica, que valoriza a escuta ativa, seguida da escrevivência das memórias subterrâneas é uma forma de mostrar como através de experiências locais é possível compreender mais profundamente como grandes iniciativas realizadas pelos Estados alcançam a sociedade que os constitui. Aqui defende-se que o trabalho infantil doméstico pode adultescer infâncias e tirar a experiência do brincar e de ser criança das meninas negras. Essas meninas violentadas e sexualizadas historicamente no Brasil tornam-se mulheridades também vulnerabilizadas e vítimas frequentes do racismo genderizado (Kilomba, 2019), fazendo com que a vida de pessoas negras do gênero feminino seja um ciclo permeado por violências. Considerando que esse trabalho está sendo realizado a partir de uma perspectiva externa em relação à execução do trabalho infantil doméstico - mas interna no aspecto de mulheridades negras -, busca-se a valorização e a escuta das vozes de mulheres negras que passaram por essa situação e residem em comunidades tradicionais sergipanas. A fim de confrontar as diferentes percepções e observar como as distintas temporalidades às quais elas pertencem foram afetadas pelo constante compromisso nacional e internacional do Brasil de erradicar o trabalho infantil, e, de que maneiras a forma como esse trabalho é abordado converge com as percepções oferecidas por pessoas que o enfrentaram.

Palavras-chave: Infância; Mulheridades negras; Trabalho infantil doméstico; Comunidades tradicionais; Escrevivências

ABSTRACT

The present study seeks to build a new collective memory about the domestic child labour done by black girls in Brazil, from the combination of silenced memories with official memories (Pollak, 1989) about the national and international engagement to fight this kind of labour. Trying to subvert the research methods and the dominant object of International Relations, an ethnographically based research that values active listening, followed by the *escrivivência* about underground memories is a way to show how it's possible to deeply understand how big states' initiatives reach its society, based on local experiences. It's argued here that child domestic work can *adulter* childhood and take away from black girls the experience of playing and of being children. In Brazil, these historically violated and sexualized girls become women who are also made vulnerable and are frequent victims of gendered racism (Kilomba, 2019), which makes black people's lives, of the feminine gender, a cycle full of violence. Considering that this research is being done based on an outsider's perspective of the child domestic work - but from an insider's perspective of black womanhood -, the aim is to appreciate and to hear the voice of black women who have gone through this situation and who live in traditional communities from Sergipe. This is being done to make it possible to confront different perceptions and to observe how their distinct temporalities were affected by the Brazil's ongoing national and international commitment to eradicate child labour, and, in what ways the way this kind of labour is discussed converges with the perceptions of people who've gone through it.

Keywords: Childhood; Black womanhood, Domestic child labour; Traditional communities; *Escrivivências*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FAPES	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IACAs	Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPIs	Instituições de Longa Permanência para Idosos
IPEC	Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexual/Arromântico, Pansexual/Polissexual, Não-binárias, outras identidades/orientações
MDS/SNCF	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Cuidados e Família)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPOPVida	Observatório Popular de Violências e Pela Vida das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe
PBF	Programa Bolsa Família
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
RI	Relações Internacionais
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFS	Universidade Federal de Sergipe

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”: O ESTADO BRASILEIRO E O COMBATE DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO	20
3 “MARIA DO ROSÁRIO IMACULADA DOS SANTOS”: A IMPORTÂNCIA DAS ESCRIVIVÊNCIAS FEMININAS NEGRAS	32
3.1. Dandara: a princesa guerreira em terras quilombolas	33
3.2. Antônia: estudar é preciso!	39
3.3. Margarida: o que está por trás da risada?	43
3.4. Vânia: a criança que “brincava” de cuidar de outras crianças	47
4 “MARIAS”: POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NAS INFÂNCIAS E MULHERIDADES NEGRAS	54
4.1. Os papéis de doméstica, mãe preta e mulata desde a infância	55
4.2. Afinal, o que é ser criança?	57
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXO	72

1 INTRODUÇÃO

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta... Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas... Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (Evaristo, 2024, n.p.)

Peço licença e pego emprestadas as palavras de Conceição Evaristo, já que suas obras e seu conceito de escrevivência foram fontes centrais de inspiração para a escolha do meu estilo de escrita, para elucidar o que procuro fazer neste trabalho. Usarei e abusarei das minhas diferentes vozes narrativas, passando da primeira para a terceira pessoa, a fim de me aproximar do(a) leitor(a) na pessoalidade e também na “impessoalidade”. Escreverei sobre as vivências de ex-trabalhadoras infantis domésticas a partir de suas memórias.

Ofereci minha escuta para ouvir violências e vulnerabilidades enfrentadas por mulheres negras durante suas infâncias, e busco apresentar suas memórias individuais - que acredito pertencerem a uma grande memória coletiva fragmentada de ex-trabalhadoras infantis domésticas - não necessariamente para conflitar com a memória nacional brasileira sobre o combate desta forma de labor (ou com a memória da sociedade brasileira que engloba esses sujeitos estigmatizados e tece ou exclui narrativas sobre suas vidas na esfera acadêmica), mas para estabelecer um diálogo entre essas diferentes memórias, analisando suas convergências e dissonâncias. Com isso, pretendo realçar a complexidade do imaginário brasileiro acerca dessa prática e do seu enfrentamento e debater a importância dessas múltiplas memórias na constituição de uma nova memória coletiva que colabore para a erradicação completa desse tipo de exploração contra as crianças.

Defende-se, neste trabalho, que é imprescindível a insubordinação crescente frente ao academicismo excludente das Relações Internacionais, que apaga diferentes saberes tradicionais e desconsidera que parte considerável de seu objeto de estudo, como Tratados Internacionais e políticas públicas elaboradas por Estados, de nada vale se não dialogar constantemente com as múltiplas vivências dos indivíduos que constituem a sociedade. Como apontado por Gonçalves (2003), o domínio dos debates acadêmicos e do léxico constituinte das Relações Internacionais está consolidado nos EUA e na Inglaterra, fato que restringe outras formas de produção de conhecimento, e, resulta no apontado abaixo pelo autor:

Por assim dizer, o conhecimento tanto da língua inglesa, como da produção acadêmica norte-americana e inglesa nas Relações Internacionais constitui condição

indispensável para iniciar toda espécie de debate acadêmico. Por outro lado, justamente por terem criado o léxico das Relações Internacionais e por reunirem o maior número de centros de pesquisa, os acadêmicos anglo-saxões definem o nível de excelência da análise e impõem os termos do debate. Isso significa, enfim, que não dispõem unicamente do poder político para satisfazer seus respectivos interesses nacionais, como também, do poder sobre o próprio discurso das Relações Internacionais. Esse poder de determinar o que é relevante e, assim, impor a direção a ser dada à pesquisa, torna-se muito mais visível nos momentos nos quais ocorrem grandes mudanças no sistema internacional [...] (Gonçalves, 2003, p.3)

Tal hegemonia ocidental da produção de conhecimento é uma exemplificação do conceito de epistemicídio, discutido pela filósofa Sueli Carneiro (2023). Utilizando o conceito de Boaventura de Sousa Santos, a autora apresenta o epistemicídio enquanto uma das ferramentas integrantes do dispositivo de racialidade, que subjuga e deslegitima os conhecimentos dos povos racializados e historicamente colonizados. O epistemicídio não apenas nega e negligencia aprendizados “não-ocidentais”, como também afasta os sujeitos marginalizados de estruturas educacionais, os impedindo de ter acesso e de poder debater/desestabilizar o conhecimento dominante, além de buscar inferiorizá-los intelectualmente (Carneiro, 2023). Segundo a pensadora (2023), “os pressupostos instituídos pela racionalidade ocidental, no que tange às possibilidades de conhecer e produzir conhecimento, instituíram, ao mesmo tempo, as aporias sobre a educabilidade de cada grupo humano” (Carneiro, 2023, p.3), portanto, o epistemicídio seria uma forma de dominação que “visa o controle de mentes e corações” (Carneiro, 2023, p.3).

Retornando para o campo das Relações Internacionais, Ananda Vilela (2021) dá continuidade a este debate ao apontar para o eurocentrismo na área e para o fato da sociedade e da academia serem compostas “pela branquitude e racismo/sexismo epistêmico” (Vilela, 2021, p. 26). Tendo como base o pensamento afrodiaspórico, a autora (2021) critica o campo das RI acerca do tipo de conhecimento produzido e de quem o produz. Ela afirma que “não é qualquer pessoa no eixo euro estadunidense que produz conhecimento, são homens, brancos, cristãos, heterossexuais que promovem um conhecimento situado, mas que é tido como universal” (Vilela, 2021, p. 31), fato propulsor do latente apagamento de outros produtores de conhecimento - entre os quais pessoas negras, mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas, sujeitos não “ocidentais”.

O epistemicídio também está presente nesta área das Ciências Sociais na sua omissão e negligência em relação a debates de raça, de colonialidade e de gênero (Vilela, 2021). O contexto brasileiro se adequa a tais comportamentos excludentes, considerando a afeição deste curso (RI), desde sua criação, ao mito da democracia racial, e as discussões sobre raça, bem como os autores racializados, terem sido desprezados por décadas (Vilela, 2021). Como

uma contraposição aos conhecimentos hegemônicos ocidentais das Relações Internacionais e à forma como eles são produzidos, bem como por quem eles são produzidos, o presente trabalho visa aproximar vozes populares com o que está sendo produzido na academia, se constituindo enquanto um estudo que integra um movimento crescente de pesquisas que lutam contra o epistemicídio ao inserirem nas discussões de Relações Internacionais a racialização, a pós-colonialidade e decolonialidade, a interseccionalidade, as teorias queer, entre outras diversas abordagens.

Nesse sentido, a presente pesquisa sobre trabalho infantil doméstico buscou aproximar a oralidade e a pesquisa teórica para tratar da problemática em questão. O conceito de infância será analisado a partir da afroperspectividade¹, como uma “condição” ou “estado”, para além de faixa etária que separa crianças e adultos, na qual se valoriza o brincar enquanto ferramenta política (Nogueira, 2019). Dessa forma, será feita uma análise de como o trabalho infantil incide nas infâncias femininas negras, causando consequências tanto na fase adulta quanto na vida de crianças. Além disso, outros objetivos pretendidos são: 1) estabelecer um debate entre teoria e prática sobre a realidade de trabalhadoras infantis domésticas, através de escrituras de mulheres negras sergipanas que vivenciaram essa situação; 2) descrever as tratativas internacionais e as normativas nacionais aderidas pelo Brasil em relação ao combate do trabalho infantil doméstico; 3) analisar a atuação internacional do Estado brasileiro no trabalho infantil doméstico; 4) elaborar uma abordagem teórica que discuta o trabalho infantil doméstico a partir de um viés interseccional. O trabalho infantil será entendido aqui como parte do modo de vida ocidental que molda como as crianças devem agir e compor a mercadoria que o mundo se tornou (Krenack, 2020, p.45-52).

É importante salientar que as críticas aqui estabelecidas não serão destinadas a afazeres domésticos não comprometedores, mas ao trabalho infantil enquanto uma prática antiga feita para subalternizar meninas negras e explorar seus corpos outrora escravizados, enquanto retira delas sua agência. Tal discussão abre espaço para a elaboração de múltiplos questionamentos, que buscam compreender as interrelações entre infâncias negras, mulheridades² negras, e o trabalho infantil enquanto fenômeno internacional que alcança até as comunidades tradicionais sergipanas. Entre eles, alguns que serão discutidos nesta pesquisa são: as infâncias dessas mulheres teriam sido corroídas em adultidades³? Devido a essa

¹Essa abordagem foi escolhida a partir do escritor Renato Nogueira (2019). Para ele (2019, p. 128 e 130): “A afroperspectividade remete a cosmo-sentidos africanos e pindorâmicos para pensar-sentir o mundo” sendo uma “abordagem que articula leituras diversas” e combina “produções intelectuais negras e indígenas”.

² Este conceito será definido na página 20

³ A discussão deste termo ocorrerá nas páginas 57 e 58

prática, suas mulheridades se tornaram vulnerabilizadas? De que forma sua raça, gênero, classe e local de origem influenciaram na sua inserção nesse tipo de trabalho? Como o Estado brasileiro, que se compromete internacionalmente para combater esse fenômeno, se aproxima dessas meninas/mulheres de comunidades tradicionais?

Isto posto, o trabalho infantil é uma problemática mundial e histórica, que vêm sendo combatida internacionalmente há décadas e que enfrentou retrocessos e crescimentos ao longo dos anos (OIT; UNICEF, 2025), sendo definido como “toda atividade econômica realizada por meninos e meninas que estão abaixo da idade mínima para o trabalho permitida pela legislação nacional” (OIT, 2011, p.1). No momento em que é alcançada a idade mínima para trabalhar, as práticas são consideradas trabalho infantil quando podem prejudicar os jovens biopsicosocialmente, educacionalmente e/ou moralmente, afetando suas infâncias (OIT, 2011). Suas causas e consequências estão intrinsecamente interligadas a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, para tanto, as medidas de enfrentamento devem integrar esses diferentes âmbitos (OIT; UNICEF, 2025).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no seu Sumário Executivo “Trabalho Infantil: Estimativas mundiais para 2024, tendências e o caminho a percorrer” (2025), em 2024, mundialmente 137.6 milhões de crianças encontravam-se em situação de trabalho infantil, dentre as quais 54 milhões realizavam trabalhos perigosos. Desse quantitativo, 7.3 milhões (5.5%) são trabalhadoras na América Latina e Caribe (OIT; UNICEF, 2025). Ainda foi constatado que esse tipo de labor “aumenta consideravelmente a probabilidade de uma criança ser privada de ir à escola” (OIT; UNICEF, 2025), e, que os avanços para sua erradicação “têm sido mais lentos e mais desiguais entre as crianças mais novas” (OIT; UNICEF, 2025), na faixa etária de 5 a 11 anos. Considerando os dados apresentados e as estimativas, distantes, para a erradicação absoluta dessa prática, é de suma importância estudá-la, enquanto um fenômeno complexo e permeado por múltiplas intersecções.

O trabalho infantil doméstico, recorte escolhido para este estudo, influencia as diferenças percentuais entre meninos e meninas, já que excluindo as atividades domésticas, com a idade, a prática do trabalho infantil aumenta mais comumente entre os meninos (OIT; UNICEF, 2025). Entretanto, ao considerar-se o trabalho doméstico, a quantidade de meninas trabalhadoras aumenta levemente (OIT; UNICEF, 2025). “O trabalho infantil doméstico em casa de terceiros se refere a todas as atividades econômicas realizadas por pessoas menores de 18 anos fora de sua família nuclear e pelas quais podem ou não receber alguma remuneração.” (OIT, 2011, p.1). Ele afeta majoritariamente meninas (devido a crenças tradicionais

machistas/sexistas), que vivem invisibilizadas, desprotegidas e “levam prematuramente uma vida de adulto” (OIT, 2011, p.1).

As crianças também podem realizar atividades domésticas em suas próprias casas, porém, elas só são consideradas trabalho infantil “quando adquirem as características de perigosos e ultrapassam a quantidade máxima de horas na semana permitidas para estas atividades segundo as legislações nacionais” (OIT, 2011, p.3). Devido a diversos riscos - possibilidade de abuso físico/sexual, manuseio de objetos/produtos tóxicos, etc -, essa prática foi inserida na lista de trabalhos perigosos de vários países, como no Decreto Nº 6.481, 12/06/2008 (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil) do Brasil (OIT, 2011).

Tal realidade é latente no cenário brasileiro, que, em 2019, tinha aproximadamente 86 mil trabalhadores infantis domésticos entre 5 e 17 anos (MDS/SNCF⁴, 2023, p.7 e 10). É importante frisar que esse quantitativo desconsidera as crianças que trabalham nas suas próprias casas ou nas casas de parentes (que, também podem sofrer explorações nesses ambientes) (MDS/SNCF, 2023, p.7 e 10). As crianças mais afetadas por esse tipo de labor são meninas negras, que constituem 62% do quantitativo apresentado acima (MDS/SNCF, 2023). Frequentemente, essas meninas são oriundas de zonas mais pobres ou rurais e são levadas e mantidas nas casas de famílias de alta renda com propostas de futuros melhores, contudo, têm seu acesso dificultado ao brincar, à educação, etc (MDS/SNCF, 2023, p.8).

As meninas negras, afetadas particularmente pela intersecção de gênero, raça e idade, encontram-se, portanto, no epicentro da vulnerabilidade e da exclusão. Em relação ao aspecto racial, são violentadas como exposto por Achille Mbembe (2014, p.19): “humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital”. Já enquanto crianças, segundo Castro (2021, p.41) elas são menosprezadas politicamente, sendo tratadas como agentes subalternos em diferentes ordens políticas. E por serem do gênero feminino são vítimas prematuras da “divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados” (MDS/SNCF, 2023, p.10). Nesse ciclo de violência, em sua fase adulta elas permanecem sendo violadas socioeconomicamente, como discutido pela teórica bell hooks,

Em toda a história da mulher como trabalhadora paga, as mulheres brancas trabalhadoras têm sido capazes de entrar na força de trabalho mais tarde que as mulheres negras e apesar de tudo avançaram a um ritmo mais rápido. Ainda que a todas as mulheres tenha sido negado o acesso a muitos trabalhos devido à discriminação sexista, o racismo assegurou que o destino das mulheres brancas fosse sempre melhor do que o das mulheres negras trabalhadoras. Pauli Murray comparou o estatuto dos dois grupos no seu ensaio “The Liberation of Black Women” (A

⁴ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Cuidados e Família)

libertação das mulheres negras) e notou: “Quando comparamos a posição da mulher negra com a mulher branca, vemos que ela permanece solteira mais frequentemente, cria mais crianças, está mais tempo no mercado de trabalho e em maior proporção, tem menos educação, ganha menos, é viúva mais cedo e carrega uma maior responsabilidade econômica como cabeça de família do que a sua companheira branca. (hooks, 2014, p.106)

Nesse cenário, a subversão e inclusão desses corpos subalternizados é de extrema importância,

Numa sociedade decente, óbvio que as crianças devem ter suas opiniões consideradas na produção da vida pública, inclusive com assentos nos poderes. Numa sociedade multirracial e pluriétnica, todos os grupos devem estar representados num tipo de ciranda de produção de práticas políticas. Por exemplo, no Brasil por muito tempo a maioria esmagadora dos parlamentares do congresso nacional era de homens brancos maiores de 50 anos. Ora, numa sociedade onde as mulheres são maioria e o povo negro (pessoas pretas e pardas) é mais da metade da população, não é razoável que o congresso seja exclusivamente branco, masculino e adulto. (Nogueira, 2019, p.139)

Neste trabalho, busca-se, portanto, a subversão a partir da escuta e escrita das vozes de mulheres negras, que são historicamente silenciadas. Para tanto, propõe-se uma pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica que busca apresentar a produção de escrituras de mulheres negras de comunidades tradicionais sergipanas como metodologia de pesquisa científica. O entrelaçamento de uma linguagem tipicamente “acadêmica” com um método não convencional nas Relações Internacionais (as escrituras), alinha-se com as percepções expostas pela autora bell hooks em seu livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013). Ao discutir as interligações e afastamentos entre teoria e prática, hooks (2013), defende uma “educação libertadora” (p. 95) que consiste na junção de saberes teóricos e orais.

A libertação feminista e da população negra, por exemplo, pode ser impulsionada pela união de saberes acadêmicos com ações práticas (hooks, 2013). Mesmo com todas as problemáticas na academia - como a exclusão de intelectuais negras, a hierarquização de determinados pensamentos, e a falta de acessibilidade em diferentes trabalhos acadêmicos - a postura anti-intelectualista, muitas vezes defendida entre populações estigmatizadas, também prejudica o desenvolvimento de um pensamento crítico que colaboraria para a sua liberdade (hooks, 2013). Logo, essa cisão é improdutiva e teoria e prática deveriam dialogar para que mudanças sociais efetivas ocorram (hooks, 2013).

Tendo isso em vista, optou-se, nesta pesquisa, pela união dos diferentes métodos científicos mencionados anteriormente. A etnografia “[...] é a organização textual do visível em que uma das funções maiores é também a luta contra o esquecimento.” (LaPlantine, 2004, p.29). Considerando-a como um método de percepção de práticas humanas enquanto culturais

que busca articular os múltiplos sentidos humanos e a escrita para alcançar a descrição da realidade (LaPlantine, 2004), uma pesquisa com inspiração etnográfica foi escolhida para a realização de pesquisas em campo com mulheres negras, e, para a transcrição de suas escrevivências.

Já a utilização de “escrevivência” enquanto metodologia, é uma forma de romper com o epistemicídio constituinte das Relações Internacionais e aproximar experiências práticas de um grupo social historicamente marginalizado (as mulheres negras), das teorizações realizadas. Segundo a autora Conceição Evaristo, que cunhou este termo,

E em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. [...] A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. (Evaristo, 2007, n.p.)

De acordo com Evaristo (2020), o conceito foi fundado a partir da imagem da Mãe Preta - mulher escravizada que cuidava das casas-grandes e tinha seu corpo explorado e sua expressividade, oral e física, cerceada por crianças, mulheres e homens brancos -, e consiste na escrita de mulheres negras como forma de subversão da submissão que lhes era imposta no passado. A escrita, a ancestralidade, a oralidade e demais signos gráficos foram apropriados pelas mulheres negras e se transformam em palavras a partir das suas escrevivências que são “um fenômeno diaspórico e universal” (Evaristo, 2020, p.29). A pensadora (2020, p.38) ainda pontua que,

Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade. [...] Afirmo que a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso.

A pesquisa foi realizada por uma integrante da equipe técnica do OPOPVida/PEAC/UFS⁵ a partir de atividades de campo em quatro comunidades tradicionais sergipanas (Carapitanga, Rua da Palha, Pedra Furada e Muculanduba)⁶, nas quais quatro

⁵ O Observatório Popular de Violências e Pela Vida das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe (OPoPVida/UFS) é um dos projetos que compõem o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Este programa é licenciado pelo Ibama, empreendido pela Petrobras e executado pela Fapese e pela UFS. Ele tem como objetivos principais a compensação, a mitigação e a educação ambiental das comunidades tradicionais impactadas pela exploração de gás e petróleo. Neste cenário, o OPoPVida, trabalha com mulheres, jovens e crianças discutindo sobre diferentes formas de violência de gênero e os entrelaçamentos entre gênero e mudanças climáticas. Além de buscar criar e fortalecer redes de cuidado, amizade e proteção entre mulheres.

⁶ As comunidades pertencem respectivamente aos municípios de Brejo Grande, Santa Luzia do Itanhy (tanto Rua da Palha quanto Pedra Furada) e Estância. Sendo o primeiro deles (Carapitanga) um povoado quilombola (considerando a autodeclaração de Dandara como uma mulher quilombola) mais ao norte do estado e os outros três ficam mais próximos do sul sergipano.

mulheres, indicadas aqui por nomes fictícios, concederam um momento nas suas rotinas para relatarem suas experiências enquanto ex-trabalhadoras infantis domésticas. A conversa foi guiada a partir de um questionário elaborado pela pesquisadora⁷, mas com liberdade que as entrevistadas trouxessem pontos para além dos que foram elencados. O processo de escuta ativa e sensível foi sucedido pela transcrição dessas escrituras, por parte da autora do presente trabalho.

Considerando o esforço de apagamento de vozes negras nas Relações Internacionais, mesmo com movimentos dentro da academia contra isso, aqui defende-se que ouvir mulheres negras, que tiveram suas mulheridades constituídas em parte pela sua situação enquanto trabalhadoras domésticas na infância, e transcrever suas experiências é extremamente necessário. Da mesma forma, é fundamental analisar como os materiais produzidos interseccionam a infância de trabalhadoras infantis negras com a constituição de suas mulheridades, para que as escrituras apresentadas possam ser situadas diante dos debates teóricos propostos. Esse é um exercício de aproximação prática e teórica a uma realidade doméstica específica, de mulheres negras de comunidades tradicionais sergipanas. Entretanto, uma dúvida central permeia a utilização dessa metodologia: seria o ato de uma mulher negra transcrever as histórias ouvidas de outras mulheres negras, uma forma de relatar escrituras ou tal termo não poderia ser utilizado?

O capítulo 2 fará uma contextualização histórica do trabalho infantil e do trabalho infantil doméstico no contexto brasileiro, além de apresentar algumas das várias medidas nacionais e internacionais adotadas para sua erradicação. Já o capítulo 3 utilizará diferentes estilos narrativos para escre(viver) as histórias contadas pelas mulheridades negras entrevistadas. Por fim, o capítulo 4, analisará alguns pontos convergentes e divergentes presentes nas conversas realizadas, observando como a academia se aproxima ou não da realidade.

Vale ressaltar que o terceiro capítulo mescla a escritura ao uso do *storytelling*, enquanto uma ferramenta pedagógica de aprendizado ativo, que tenta ajudar no processo de construção do pensamento crítico e do conhecimento por parte do estudante, e que usa da memória e de valores e se baseia na tradição oral somando a ela “práticas e ferramentas para a representação e perpetuação de estruturas mentais e morais de comunidades, em ambientes pedagógicos planejados” (Valença; Tostes, 2019, p.224). O *storytelling* é a forma de escrever algumas das histórias ao transformar as entrevistadas em personagens fictícios ou “tomar” sua voz emprestada para a contação de sua narrativa, a fim de aproximar quem

⁷ Segue no tópico ANEXO

escreveu de quem falou (mesclando e confundindo suas angústias, felicidades e sensações) e brincar com diferentes vozes narrativas.

Foi uma ferramenta de escrita escolhida especificamente para esse capítulo por unir a prática subversiva de escrita entre mulheres negras ao mundo ficcional e lúdico, além dela também consistir em:

grosso modo, no uso de narrativas com significado social ou cultural para promover a reflexão acerca de conceitos e valores, de forma a consolidar essas ideias abstratas por meio da percepção da relevância e significância de tais conceitos e valores a um grupo de indivíduos (Valença; Tostes, 2019, p.222)

Finalmente, essa também é uma prática pouco usada nas RI, algo que deve ser mudado, já que,

o uso da narrativa e de estratégias de aprendizado ativo serve para gerar senso crítico e provocar reflexões na busca de interferência no mundo. Além disso, proporciona a construção de empatia com outros contextos e valores que não se encontram, de fato, tão separados ao considerarmos as relações entre sociedades, grupos e interseções de identidades e temas transnacionais e transversais na história das sociedades. Nesse caso, o campo social transnacional pode ser visto como próprio ao estudante e não como outro lugar distante, sem inserção, escuta ou olhar adequado. O storytelling torna-se uma ferramenta de empoderamento dos estudantes de Relações Internacionais para saírem do papel de expectadores dos eventos no mundo e se perceberem como polos ativos e participantes do processo de continuidade e/ou mudança. (Valença; Tostes, 2019, p.224)

2 “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”⁸: O ESTADO BRASILEIRO E O COMBATE DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO

Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel.[...] Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito... (Trecho de “A gente combinamos de não morrer”⁹ de Conceição Evaristo, 2016, p.68)

Este trabalho está sendo escrito com muito sangue. O sangue de meninas negras, das que atualmente são crianças e das crianças não cicatrizadas que habitam os corpos de mulheres grandes. O sangue que é expulso da boca, dos olhos e das mãos quando são expostos à sexualização e abuso que constituem as mulheridades negras. Mulheridades essas que resistem, (re)existem, e lutam diariamente para suportar o peso de ser um pilar invisível que sustenta a sociedade, sendo responsáveis por curar as feridas dos homens negros, “satisfazer” os desejos ocultos dos homens brancos, alimentar o ego das mulheres brancas e cuidar dos filhos dos “patrões” e das suas próprias crianças que as aguardam em casa. As mulheres negras combinaram de não morrer, mesmo com a crueldade sendo parte constante das suas vidas, e por elas (por nós) este texto deve expor seu sangue e esforço contínuo.

O conceito de mulheridades está relacionado à pluriversidade que o compõe, assim como destacado pela autora travesti Letícia Nascimento (2021, p.20):

Utilizo o termo “mulheridades”, e não “mulher”, no singular, para demarcar os diferentes modos pelo quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas. Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo “mulher” pode sinalizar algo que se é de modo essencial. Nesse sentido, o termo “mulheridades” aponta para os processos de produção social dessa categoria.

As mulheridades negras são múltiplas e coletivas, fazendo parte de uma grande teia que conecta experiências temporais e territoriais, corpos e modos de viver distintos. As mulheridades que foram entrevistadas se mostrarão, ao longo do texto, parte desse movimento cíclico e diverso, por isso o uso deste conceito foi escolhido. Por vezes a palavra “mulheres” será utilizada para evitar repetições, devido ao desconhecimento de um sinônimo apropriado de “mulheridades”, contudo, neste texto, propõe-se que “mulheres” seja interpretada com o mesmo sentido ampliador do termo mulheridades.

⁸ Os títulos dos capítulos 2, 3 e 4 são inspirados em contos escritos pela autora Conceição Evaristo, que, representam as violências e resistências experienciadas por pessoas negras no Brasil. Os nomes no terceiro e no quarto capítulo são de mulheres negras que estão envolvidas, nas histórias, diretamente com o trabalho doméstico (com Maria do Rosário Imaculada dos Santos tendo sido uma trabalhadora infantil doméstica)

⁹ Um dos contos que compõem o livro “Olhos d’água” da escritora Conceição Evaristo.

No Brasil, meninas e mulheres negras são historicamente violentadas e subalternizadas. Desde crianças até sua fase adulta elas constituem um grande contingente das trabalhadoras domésticas brasileiras, sendo um retrato da herança colonial escravocrata do país. Levando em conta o trabalho infantil doméstico como uma atividade extremamente danosa que reverbera na constituição de mulheridades negras, é importante analisar quais as medidas nacionais e internacionais que referenciam o estado brasileiro no combate a essa prática laboral. Além disso, é necessário refletir de que formas elas ocorrem nas intersecções de raça, gênero e território, alcançando especificamente as meninas negras de comunidades tradicionais sergipanas.

Entretanto, quando se acrescenta o fato de meninas negras que enfrentam essa realidade serem de comunidades tradicionais¹⁰, surge mais uma violação, a acadêmica. Isso é devido ao menor número de pesquisas sobre infâncias rurais (que estão começando a passar por uma expansão), e suas populações diversificadas, nos estudos da infância, em detrimento dos estudos sobre as infâncias urbanas (Libardi, 2022), fator que prejudica uma discussão aprofundada sobre o trabalho infantil doméstico nessas regiões. Mesmo com dados nacionais e internacionais sobre o trabalho infantil em áreas urbanas e rurais, pouco se achou sobre o trabalho infantil especificamente em comunidades tradicionais sergipanas e acerca do trabalho infantil doméstico, apenas foram encontrados dados macro sobre Sergipe (que serão posteriormente apresentados). É importante, portanto, saber o que foi e têm sido feito pelo Brasil para erradicar esse fenômeno. Segundo a metodologia proposta, a incidência do Estado brasileiro nas comunidades tradicionais sergipanas será analisada através das escrevivências femininas que serão posteriormente relatadas, entendidas aqui como fontes de pesquisa sobre as relações entre o nacional e o internacional.

Também é necessário destacar que esse trabalho estabelece uma interlocução entre diferentes temporalidades: a das infâncias das mulheres nascidas no século XX nas comunidades tradicionais sergipanas, os progressos legislativos brasileiros em relação ao

¹⁰ Alguns dos dados e informações trazidas foram coletadas a partir de relatórios da PNAD Contínua, porém, no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no qual estão escritas as especificidades dessas pesquisas anuais, tem uma especificidade que merece atenção:

“A partir do terceiro trimestre 2025, com a utilização dos dados do Censo Demográfico 2022 e redefinição da Amostra Mestra, foram excluídos os setores classificados como: aldeias indígenas, agrupamentos quilombolas, quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (IACAs), conventos, hospitais, além dos setores situados em terras indígenas e territórios quilombolas.” (SIDRA, s.d)

Se todos os outros relatórios excluírem os agrupamentos quilombolas (já que aparentemente eles não foram excluídos até o segundo trimestre do mesmo ano citado), existe a possibilidade dos dados referentes ao território de uma das entrevistadas, Dandara, não terem sido contemplados.

combate do trabalho infantil entre os séculos XX e XXI e as diferentes percepções de infâncias e de “criança” ao longo desses dois séculos. Essas temporalidades se interseccionam a partir das escrevivências das mulheres acompanhadas, que relatarão suas concepções das consequências do trabalho infantil nas suas diferentes faixas etárias e de que forma os avanços brasileiros alcançaram sua realidade (como foi mencionado anteriormente), e das bibliografias apresentadas, que demonstram as permanências e as discontinuidades sobre essas temáticas.

A autora Grada Kilomba (2019, p. 143), discute, a partir de Hall (1992), como mulheridades negras são construídas pelo racismo como a “prostituta primitiva sexualizada” ou como a “doméstica assexuada obediente”. No caso brasileiro, sua imagem hipersexualizada, que as punha como sujeitos passíveis de serem subjugadas e estarem à mercê da dominação masculina branca, advém da colonização (Nascimento, 2021, p. 60). Essa ideologia, inicialmente pautada na lógica cristã, que limitava mulheres brancas à procriação e caracterizava as mulheres negras como “desreprimidas sexualmente” e disponíveis para o “uso” sem censura de homens brancos, perdurou ao longo dos anos (Nascimento, 2021, p. 61).

Já em relação à sua posição de domésticas remonta à herança escravocrata brasileira, que as punha em situação de subserviência e como responsáveis por todos os afazeres do lar (Bento, 2022). As práticas coloniais escravagistas determinavam sua posição como produtoras, já que enquanto escravas elas eram trabalhadoras e enquanto mulheres elas concorriam com o tráfico negreiro por reproduzir mais mão de obra em potencial (Nascimento, 2021, p.56). Partindo da obra de bell hooks (1981), Kilomba (2019), destaca como os corpos de mulheres negras escravizadas eram retratados como máquinas reprodutoras e elas tinham suas “capacidades de procriação” salientadas, além de terem que amamentar as crianças brancas da casa-grande e trabalhar como sua figura materna.

Na sociedade brasileira, constituída pelo racismo e pelo patriarcado, a mulher negra enquadra-se na base da hierarquia social e do mercado de trabalho, considerando que mesmo com a modernização e a industrialização seu papel como trabalhadora foi pouco alterado e seu recrutamento para trabalhos em áreas rurais e ambientes domésticos é frequente (diferentemente da trajetória histórica trabalhista das mulheres brancas) (Nascimento, 2021). A situação trabalhista de mulheres negras também é permeada pelas baixas taxas de empregabilidade e altas taxas de sub-representação em grandes cargos corporativos (Bento, 2022).

Como trabalhadoras domésticas, elas permanecem em um lugar social, oposto ao ocupado pela branquitude, que é marcado por baixos índices escolares e de renda, por leis

trabalhistas fragilizadas e vistas socialmente como desnecessárias, e, pela objetificação de seus corpos (Bento, 2022). Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2019, dos 6,2 milhões de brasileiros que eram servidores domésticos remunerados 68% eram mulheres negras (Bento, 2018, p.80-81). Isso se deve ao fato delas serem a intersecção de raça e de gênero com antepassados escravizados (Nascimento, 2021, p.58). Fato que evidencia a inseparabilidade de raça e gênero, já que “raça não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de ‘raça’ e na experiência do racismo” (Kilomba, 2019, p.94).

A autora (2019, p.96 apud Essed, 1991, p.5) ainda argumenta que tipos de “racismo de gênero” constituem a maior parte das experiências pessoais com o racismo. Nesse contexto interseccional existem as meninas negras, sejam as que se constituíram nessas mulheridades ou as que ainda irão se constituir, que são o princípio desse tratamento de hipersexualização e de domesticação de corpos. Como retratado pela escritora portuguesa, essas crianças são vistas como serventes, exploradas como adultas e não consideradas crianças, diferente da realidade majoritária das meninas brancas (Kilomba, 2019, p.93-95).

Antes de discorrer sobre a situação específica das meninas negras no trabalho infantil doméstico, é interessante remontar um panorama geral do trabalho infantil no Brasil ao longo dos séculos. Segundo Rizzini (2010, p.389),

O Brasil tem uma longa história de exploração da mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como boias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias.

Ainda sobre a situação das crianças escravizadas,

Na época da escravidão, as crianças deveriam trabalhar assim que tivessem desenvolvimento físico para tal; muitas vezes, eram separadas dos pais, vendidos para outros senhores e transportados para áreas distantes. Aos quatro anos de idade, essas crianças já executavam tarefas domésticas; aos oito, já podiam pastorear o gado; aos onze, as meninas costuravam e, aos quatorze, todos laboravam como se fossem adultos. Aos escravos, independentemente da idade, não era assegurada proteção de lei alguma, e as crianças não eram empregadas apenas em atividades domésticas, mas também em fábricas rudimentares, como a da olaria (Goês; Florentino, 2004, apud Santos, 2016, p.156-157)

A autora (2010) afirma que com a extinção da escravidão o preparo de crianças para o trabalho infantil ampliou consideravelmente. Tanto nas esferas públicas quanto nas privadas,

diversas iniciativas surgiram para prepará-las para o labor na agricultura e nas indústrias a fim de “solucionar” a situação de crianças ditas em situação de abandono, vagabundagem e/ou criminalidade (Rizzini, 2010, p.389). A partir disso, crianças desde os cinco anos eram submetidas a trabalhos insalubres, rígidos e com cargas horárias de 12 horas diárias em ambientes como asilos de caridades, e sob a justificativa de serem afastadas da delinquência e ocupadas com atividades mais “úteis” (Rizzini, 2010, p.389-390).

A percepção desses sujeitos enquanto trabalhadores mais dóceis e adestráveis também colaborou para sua alta empregabilidade na indústria têxtil entre o final do século XIX e início do século XX, como ocorreu em São Paulo (Rizzini, 2010). Rizzini (2010, p. 390-391) menciona o caso de uma indústria têxtil, que tinha sua vila operária em Pernambuco, que recrutava famílias sertanejas com crianças que acabavam servindo de mão de obra também. Nessa situação ocorriam diversos problemas graves com as crianças: elas poderiam ter suas idades falsificadas para trabalhar (considerando a legislação existente no período que delimitava a idade mínima para o trabalho infantil como 12 anos), eram expostas a doenças, tinham uma má alimentação e encaravam jornadas de trabalho extensas (Rizzini, 2010, p.390-391).

De acordo com Rizzini (2010, p.393), “em 1995, o Brasil tinha aproximadamente oito milhões de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos trabalhando”. Milhares de crianças de 5 a 9 anos já trabalhavam - majoritariamente na agricultura, constantemente sem remuneração e para colaborar com seus pais -, assim como as de 10 a 14 anos de idade, que também eram mal ou não remuneradas, e, podiam chegar a trabalhar até 39 horas semanais (Rizzini, 2010). Já sobre a faixa etária de 15 a 17 anos, a autora (2010, p. 394) destaca que mais da metade dos jovens nessa idade trabalhavam. Ela salienta que “o trabalho acaba por afastar a criança e principalmente o adolescente da escola. [...] A longa jornada de trabalho é um dos fatores que os leva a desistir dos estudos” (Rizzini, 2010, p.394), além das jornadas exaustivas, os adolescentes ainda atestavam que abandonavam a escola por causa da falta de vagas, da distância das instituições de ensino e pelo cansaço físico (Rizzini, 2010, p.401).

Ainda sobre a relação entre mercado e escola, a acadêmica (2010, p. 394) escreve que “os filhos dos mais pobres trocam a escola pelo trabalho; os considerados mais favorecidos, ou seja, aqueles que dentre os pobres ganham mais de dois salários-mínimos per capita, adiam a entrada no mercado de trabalho em prol da escolaridade”. A miséria é o fator majoritário para as crianças ingressarem no mundo trabalhista, enquanto a situação dos adolescentes é apontada como costumeiramente multifatorial. Para além da pobreza existem outros motivos individuais, econômicos e culturais que os influenciam, como o desejo de liberdade a partir da

renda própria, a necessidade de ajudar na situação financeira familiar, além da “crença de que filho de pobre tem que trabalhar ou que o trabalho é disciplinador” (Rizzini, 2010, p.400-401).

Os envolvidos nessa prática laboral infanto-juvenil, desde os contratantes até as famílias, tinham opiniões diversas sobre o assunto (Rizzini, 2010, p.401-404). A partir de depoimentos coletados, a autora aponta que os empresários escolhiam contratá-los pela facilidade de explorá-los; as famílias encaravam esse tipo de trabalho como um “mecanismo disciplinador” que os socializava para assumirem seus lugares subalternos na sociedade estratificada e se manterem afastados dos “perigos da rua”; várias crianças diziam não achar o trabalho divertido mas gostarem de trabalhar enquanto outras demonstraram desgosto e destacaram pontos negativos desse tipo de labor; já os adolescentes valorizavam mais a “aprendizagem pelo trabalho” do que a “aprendizagem escolar”.

Retornando para os recortes racial e de gênero que permeiam o trabalho infantil, Rizzini (2010) aponta que os afazeres domésticos, desde o cuidado com filhos menores até a manutenção da casa, realizados em sua maioria por meninas, desde 5 anos de idade, é de suma importância para a sustentação das famílias e exige dedicação exclusiva, sendo exaustivos e afastando as crianças da escola. Essas “filhas de criação” ou “crias da casa” - constantemente subnotificadas nos contingentes de trabalho infantil - são retiradas de situações de pobreza em seus lares e/ou outras instituições para receberem baixos salários ou abrigo em outras casas nas quais elas precisam trabalhar (Rizzini, 2010, p.396). Nesses ambientes elas são expostas a abusos físicos e sexuais e sua situação escolar depende dos seus padrões (Rizzini, 2010, p.396). De acordo com ela (2010, p. 397),

esta é uma prática antiga no Brasil. Nos processos do Juízo de Órfãos, no início do século XX, e do Juízo de Menores, a partir da década de 1920, era comum meninas serem tiradas dos asilos para trabalhar em casas de famílias. Era o sistema de soldada, onde a família se responsabilizava em vestir, alimentar e educar a criança em troca de seu trabalho, depositando uma pequena soma em uma caderneta de poupança em seu nome. Se por um lado, as meninas preferiam ir para as casas, porque queriam sair do asilo, as fugas eram comuns, devido aos maus-tratos, à exploração do seu trabalho e ao abuso sexual. Este sistema, administrado pelas fundações estaduais de bem-estar do menor e sob o novo nome de “colocação familiar”, foi mantido até os anos de 1980.

Ignácia (2024, p.3-4) ainda afirma que antes do século XX, durante o Brasil Colônia, o trabalho infantil doméstico já era uma prática costumeira,

crianças abandonadas em diversos locais eram institucionalizadas pelas Rodas dos Expostos, sob o controle da igreja católica. Mediante soluções assistencialistas, as crianças eram acolhidas e deveriam ofertar seu trabalho em troca de alimento e moradia pelas famílias acolhedoras. O trabalho era direcionado para as lavouras, criação de animais e também nos cuidados de outras crianças, idosos ou enfermos, caracterizando-se desse modo o trabalho infantil doméstico, sujeitando a criança à

escravidão (Custódio, 2006). A Roda dos Expostos foi, por muito tempo, uma das poucas instituições de assistência às crianças abandonadas no Brasil. No entanto, denota-se seu caráter missionário, e a evasão das câmaras municipais em propor soluções alternativas à roda, deixando a atuação da igreja como principal meio no que tange aos abandonos (Freitas, 2003).

Já em relação ao aspecto racial, Rizzini (2010, p.399) enfatiza a relação existente entre raça e trabalho infantil, ao expor que a maioria das crianças trabalhadoras eram negras, devido às menores remunerações recebidas por seus pais que acabavam gerando pressão para que os mais novos também contribuíssem com a renda. Dessa forma, as crianças negras que trabalhavam tinham prejuízos em relação à qualificação profissional e à escolaridade, fatores que dificultavam sua inserção futura no mercado de trabalho (isso era o contrário da realidade das crianças brancas, que trabalhavam menos na infância mas eram mais facilmente inseridas no mercado de trabalho quando se tornavam adultas) (Rizzini, 2010, p.399).

A atualidade apresenta similaridades com o retrato do século XX feito por Rizzini. O documento “O Trabalho Infantil no Brasil: análise dos microdados da PnadC 2022” aponta que o trabalho infantil passou por uma redução de 2,1 milhões para 1,9 milhões entre 2016 e 2022, com uma diminuição expressiva impulsionada pela Região Nordeste (FNPETI, 2024). As trabalhadoras também diminuíram, saindo de 700 mil para 656 mil meninas nesse tipo de labor - representando um quantitativo menor do que os meninos trabalhadores -, porém é “importante destacar que, a invisibilidade e a naturalização do trabalho infantil doméstico podem influenciar na subnotificação e na subestimação do contingente de trabalho infantil exercido pelas meninas” (FNPETI, 2024, p.10). Os dados coletados ainda expõem a predominância de trabalhadores infanto-juvenis negros, devido à sua herança colonial e ao racismo estrutural brasileiro (FNPETI, 2024, p.11).

Esse perfil majoritário de trabalhadores jovens negros também está presente no estado de Sergipe, já que em 2010 entre os 37.244 trabalhadores infantis, de 10 a 17 anos, mais da metade eram jovens pretos ou pardos e em sua maioria do sexo masculino (Mota; Jorge; Campos, 2017, p.107). Os autores (2017, p. 107) apresentam que em relação ao quantitativo total de trabalhadores “50,5% (18.799) estavam distribuídos na área urbana enquanto que 49,5% (18.444) residiam em área rural, 46,8% destes exercendo atividade agropecuária”. Eles (2017, p.107) ainda constatarem que o aumento das taxas de adolescentes e crianças ocupados está relacionado ao maior distanciamento dos municípios sergipanos de Aracaju, podendo ter relação com os menores índices de pobreza e de extrema pobreza na capital, e, as situações educacionais serem melhores em comparação aos outros municípios.

Em um outro estudo anterior, também realizado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) em 2022, intitulado “O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas”, é exposto como o número de 107.539 mil trabalhadores infantis domésticos foi reduzido para 83.624 mil entre 2016 e 2019, dos quais 90%, que se transformaram em 85%, eram meninas (FNPETI, 2022). O maior quantitativo desses trabalhadores residia na região Nordeste, que apesar de ter reduzido os números entre 2016 e 2019 continuou sendo a região de maior incidência, na qual o estado sergipano passou por uma mudança expressiva na quantidade de pessoas nesse tipo de função, passando de 1.038 para 272 trabalhadores (FNPETI, 2022). O documento ainda constata que,

os dados revelam ainda que o trabalho infantil doméstico é uma questão de gênero, pois incidiu mais entre as meninas; de cor, porque as e os negros eram mais frequentes; e de idade, haja vista que foi maior entre adolescentes de 14 a 17 anos. A maioria das trabalhadoras infantis domésticas residia nas áreas urbanas das cidades das Regiões Nordeste e Sudeste e apresentavam um alto índice de frequência escolar. Um dado importante é a elevada incidência de trabalhadoras infantis domésticas responsáveis por cuidados e afazeres, atividade extra que era exercida por quase 90% do número total de envolvidas (os) em trabalho infantil doméstico, em 2019. (FNPETI, 2022, p.17)

A interseccionalidade é um fator intrinsecamente relacionado ao trabalho doméstico brasileiro e à vivência de meninas e mulheres negras. O trabalho infantil combina fatores econômicos (situações de pobreza e de pobreza extrema), culturais (crenças sociais sobre a função do trabalho), raciais (conectados ao racismo estrutural e ao passado colonial brasileiro), de gênero, entre outros (Rizzini, 2010). Desde crianças as mulheres negras são colocadas em funções de cuidado e exploração, devido à sobreposição de características que as colocam em uma posição de inferioridade (Kilomba, 2019). Devido ao trabalho infantil doméstico, elas são constantemente expostas à situações de violência e subnotificação, além de poderem ter prejuízos na sua inserção no mercado de trabalho (Rizzini, 2010), e também podem ter suas infâncias afetadas quando o “brincar”, valorizado na afroperspectividade (Nogueira, 2019), é prejudicado pelas atividades laborais precoces.

Com isso “consigna-se que o trabalho infantil está enraizado nos primórdios da colonização brasileira, e possui recortes de raça, classe e gênero” (Ignácia, 2024, p.5). Mesmo com as percepções das crianças e adolescentes negros, elucidados anteriormente por Rizzini (2010), é inegável que esse ciclo as mantém em uma posição de subalternidade em diferentes períodos da vida. As meninas negras nessas situações não podem apenas ser crianças, que, para Daniel Munduruku (2018) significa viver o presente, brincar e “interagir com o lado mágico da vida”. Assim como ele (2018) argumenta: “o corpo lúdico da criança é a garantia de uma vida adulta saudável. Felizmente, somente o brincar pode nos oferecer isso. Criança

que não brinca, não cria. Criança que não brinca, copia.” Logo, é necessário saber o que está sendo feito internacionalmente e o que o Brasil está fazendo para acabar com essa prática laboral para preservar as crianças, e, ponderar se Estado e a sociedade brasileira têm um interesse real para combatê-la, levando em conta a lucratividade e competitividade no mercado internacional que são geradas por ela (Rizzini, 2010, p.413).

Rizzini (2010) salienta como combater o trabalho infantil é um esforço mundial, e, que alguns pontos devem ser considerados para a erradicação desse fenômeno: ações emergenciais (que tiram as crianças do trabalho e de situações de perigo) são extremamente necessárias mas não podem ser institucionalizadas como medidas definitivas, já que isso manteria o sistema de exploração intocado (Rizzini, 2010, p.408); para que as crianças deixem de trabalhar efetivamente suas famílias precisam ter algum tipo de renda que as tirem da pobreza e da extrema pobreza; também são necessárias “campanhas de conscientização e de mobilização social” (Rizzini, 2010, p.406). Somam-se a essas ponderações a necessidade, apontadas pelo MDS/SNCF (2023, p.12), de conjugar o enfrentamento do trabalho infanto-juvenil com políticas de cuidado.

A intersetorialidade é um fator dito como essencial, dessa forma, algumas ações que precisam ser tomadas são: ampliar serviços de cuidado de qualidade e de educação; aumentar programas de aprendizagem profissional; garantir iniciativas de apoio às famílias; promover a adesão a trabalhos decentes e expandir as condições de entrada das mulheres no mercado de trabalho; além do crescimento e efetivação dos direitos de quem cuida (MDS/SNCF, 2023, p.12-15). A partir de todas essas considerações, além de muitas outras que não foram elencadas, o Brasil vem tomando atitudes nacionais e internacionais para atendê-las.

Rizzini (2010, p.410-411) pontua, no final do século XX, diversas ações estatais e municipais para retirar crianças da rua e de situações de trabalho infantil, contudo, grande parte dos programas ocorrem nas áreas urbanas e negligenciam os casos que ocorrem no campo, onde a exploração de crianças e adolescentes tem uma concentração maciça. Outra situação que precisa ser enfrentada, de acordo com ela (2010, p.411), é referente às crianças envolvidas com o tráfico de drogas. Elas frequentam a escola mas não se sentem pertencentes e valorizadas, devido ao sucateamento da educação brasileira que, constantemente, atende ao princípio de “escola pobre para o pobre” (Rizzini, 2010, p.411). A desigualdade de gênero, já muito discutida ao longo do texto é um fator exponencial que também precisa ser combatido quando se pensa que muitas meninas viram domésticas devido a situações das suas mães, como Ignácia (2024, p.5) apresenta:

a desigualdade de gênero representa um obstáculo na erradicação do trabalho infantil doméstico, uma vez que o referido trabalho é direcionado para crianças e adolescentes quando há sobrecarga das mulheres adultas da família. Por sua vez, a referida sobrecarga de trabalho ocorre em virtude da disparidade de rendimentos entre homens e mulheres, e em razão da atribuição histórica do serviço de cuidado à mulher.

Mesmo com esses déficits, a autora (2010, p.409-410) aponta iniciativas brasileiras importantes para eliminar o trabalho infantil, entre elas: a adesão, desde 1992, ao Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT, e, que tem como público principal “as crianças que trabalham em condições de risco na produção industrial, na agricultura, no comércio e em serviços” (Rizzini, 2010, p.409); a instalação, em 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que recebe apoio da OIT; e, a criação do programa Empresa Amiga da Criança, que tem a participação de milhares de empresas e foi fundado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Para além dessas medidas, outras ações nacionais que colaboram para o fim dessa prática danosa são: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Benefício de Prestação Continuada (BPC); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); o Programa Bolsa Família (PBF); o Sistema Único de Saúde, etc (MDS/SNCF, 2023).

Também ocorreram progressivos avanços nas legislações nacionais, como exposto por Garcia (2022): “o Código de Menores de 1927 foi o primeiro documento nacional a proibir o exercício profissional a menores de 12 (doze) anos e a limitar a jornada laboral dos menores de 18 (dezoito) anos a seis horas diárias” (Garcia, 2022, p.47), porém ele apresentou falhas pela valorização moral do trabalho; a atuação nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a existência de diferentes artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que versam sobre o trabalho infantil (402, 403, 404, os incisos I e II do 405, 411 e o 413); e, a Lei Complementar nº150/2015 referente ao trabalho doméstico profissional. Internacionalmente, o Brasil reuniu aproximadamente 4 mil pessoas na praça da Sé e participou, em 1998, da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, que articulou 99 países (Rizzini, 2010, p.410). Rizzini (2010, p. 410) também aponta que,

muitas dessas iniciativas são motivadas pela pressão internacional, principalmente a norte-americana, contra a utilização de crianças na produção. No contexto internacional, discute-se aplicar sanções econômicas aos países que utilizam o trabalho infantil, como por exemplo, proibir a importação de produtos fabricados por crianças. Criou-se um impasse com o governo brasileiro, que acusa a medida como protecionismo econômico por parte de alguns países. A Fundação Abrinq propõe que se busque reconhecer e localizar os focos de exploração da mão de obra infantil, além da implementação de programas para resolver o problema. Assim, a restrição ao trabalho infantil não se dará por meio de boicote ou sanção comercial, mas referida a situações concretas, onde se deverá intervir, com participação da OIT, do Unicef, de representantes de governos, empresários, trabalhadores e de ONGs .

O país ainda ratificou em 2000 e em 2002, respectivamente, a Convenção nº182 da OIT, referente às piores formas de trabalho infantil, e a Convenção nº138 da OIT que versa sobre o estabelecimento de uma idade mínima para a admissão de jovens em empregos (Garcia, 2022, p.38 e 47). Outros compromissos que o país assumiu com a comunidade internacional foram a ratificação das Convenções nº 29 e nº 105 - a primeira fala sobre “o trabalho forçado ou obrigatório” e a segunda é “relativa à abolição do trabalho forçado” (Garcia, 2022, p.87) -, ambas da OIT, e a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU) (Garcia, 2022, p.87). O país ainda precisa ratificar a Convenção nº156, de 1983, da OIT sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento Humano para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares (MDS/SNCF, 2023).

Essas são algumas medidas, não todas, que demonstram o compromisso nacional e internacional do Brasil para erradicar o trabalho infantil, e mesmo com elas o país ainda apresenta diversas falhas e ainda não atingiu seu propósito. Todavia, Rizzini (2010) apresenta a polêmica que questiona se todos os envolvidos nessa situação querem alcançar esse objetivo - mesmo que o texto da escritora retrate a realidade do final do século XX, essas ponderações são válidas para a contemporaneidade. Ela discorre sobre como mundialmente e nos âmbitos domésticos as articulações feitas consideram que retirar as crianças dos trabalhos é a melhor alternativa, tendo em vista o “princípio de que a criança é um ser em formação e que a infância é um período de preparo para a vida adulta. É prejudicial para o seu pleno desenvolvimento assumir tarefas e responsabilidade de adulto” (Rizzini, 2010, p.411).

Mas os articuladores de políticas não consideram as opiniões das próprias crianças e das suas famílias sobre o assunto, e suas perspectivas podem diferir radicalmente das metas globais estabelecidas (Rizzini, 2010). Isso ocorre pela fragilidade e descontinuidade de políticas públicas, que causam incertezas e inseguranças de futuros melhores para as crianças que devem largar seus trabalhos (Rizzini, 2010). A elas e aos seus responsáveis não são questionados o que eles querem das escolas e quais as suas perspectivas sobre educação, e nem são garantidas melhores condições de vida - considerando que muitas políticas não eliminam a pobreza e podem fazer com que as crianças e adolescentes precisem voltar a trabalhar em situações mais degradantes que as anteriores (Rizzini, 2010). A autora (2010) alega que o medo e a incerteza de futuros piores torna as vítimas desse labor contrárias às medidas estabelecidas politicamente, e ressalta a importância de ouvir esses sujeitos para serem elaboradas soluções realmente adequadas.

Por reconhecer essa necessidade, a presente pesquisa busca confrontar as perspectivas de infância, de mulheridades e de trabalho doméstico infantil com as percepções de ex-trabalhadoras que vivenciaram todos esses momentos.

3 “MARIA DO ROSÁRIO IMACULADA DOS SANTOS”: A IMPORTÂNCIA DAS ESCRIVIVÊNCIAS FEMININAS NEGRAS

Acho que li Conceição Evaristo pela primeira vez no ensino médio, quando a professora pediu que lêssemos seu livro *Ponciá Vicêncio* (2017), desde então sou fascinada pela sua escrita. Confesso não ter lido avidamente suas obras, principalmente por serem difíceis demais para digerir, ainda mais para uma pessoa negra, mas me encanto por todas as artes dela que já consumi. Deparei-me com o conto “Maria do Rosário Imaculada dos Santos”, do seu livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2024), a partir de uma sessão de terapia e indicação da minha psicóloga. Escolhi utilizá-lo como título devido à sua semelhança com o que me proponho a fazer neste capítulo. O conto apresenta o relato de uma mulher negra do interior, que foi sequestrada na infância por um casal branco e vivenciou por um momento o trabalho infantil, feito para e escrito por outra mulher negra.

De forma semelhante, busquei utilizar a escrevivência como metodologia para contar as histórias de mulheres negras sergipanas, de diferentes comunidades tradicionais, que ouvi a partir de itinerâncias nos seus territórios. Viajando entre os municípios de Santa Luzia do Itanhy, Estância e Brejo Grande, tendo momentos de descontração em conversas com os motoristas que me acompanhavam, apliquei um questionário previamente elaborado e entrevistei quatro mulheres enquanto visava oferecê-las uma escuta atenta e cuidadosa. Em meio a lágrimas, risadas, e tesouros recebidos (como dois pequenos pingentes que me foram entregues cuidadosamente por uma das filhas mais novas de Dandara), ouvi experiências de diferentes formas de violência, trabalho árduo e perseverança de Antônia, Dandara, Vânia e Margarida (identidades anônimas escolhidas pelas próprias entrevistadas durante nossas conversas).

A vida na maré, as dificuldades familiares, e os esforços de conciliar educação com trabalho são apenas algumas das vivências convergentes entre elas e tentei escre(vivê-las) explorando diversos estilos textuais e respeitando as dores e vulnerabilidades compartilhadas comigo por essas mulheridades, que são tão singulares mas simultaneamente tão representativas das histórias de diversas outras mulheridades negras. Recentemente, lendo pela primeira vez Michel Pollak percebi que de certa maneira também parti de uma discussão proposta por ele (1989, p.4) sobre a memória como objeto de disputa, quando, por exemplo, as memórias subterrâneas (dos excluídos e dominados) buscam subverter o silêncio, que lhes é imposto, ao contestar a memória nacional ou a “Memória oficial”.

O caráter conciliador, entre memórias individuais e coletivas, da memória nacional é confrontado por alegações de que ele na verdade é uniformizador e destruidor, devido ao escanteio das memórias subterrâneas (Pollak, 1989, p.4). Tal memória dominante não precisa necessariamente partir do pressuposto de um Estado dominador contra a sociedade civil, podendo ser referente ao embate problemático entre a sociedade englobante e seus grupos minoritários (Pollak, 1989, p.5). Estes conflitos podem gerar o silêncio por parte dos marginalizados - que pode, por exemplo, ter razões pessoais e/ou políticas -, que, de acordo com Pollak (1989, p.6), necessitam, primeiramente, de uma escuta para relatar seus sofrimentos.

Por isso, ofereci minha escuta e converti ela em palavras, para que as memórias subterrâneas silenciadas sejam subversivas e colaborem para a criação de uma nova memória coletiva plural.

3.1. Dandara: a princesa guerreira em terras quilombolas

“A gente trabalha na infância por necessidade, pra ajudar em casa. Meus filhos mesmo, eu já começo a ensinar algumas coisas, porque não tenho condição de arcar com eles até a maioridade”

“Saí sem querer sair de dentro de casa né, mas mesmo assim tive que sair, não tinha pra onde ir e tive que me ajuntar”

“O rapaz da minha primeira gravidez me bateu, me chutou, me deu de murro e perdi com 3 meses, depois disso só podia ter filho com cesárea”

“Às vezes, quando a barriga apertava mesmo, que não tinha o que comer dentro de casa, eu ‘pai hoje eu vou pra escola’, aí eu ia pra escola só pra merendar”

“Ele passava a mão na mim, e eu só dentro de casa mais ele”

“Hoje em dia eu digo, eu não quero trabalhar mais em casa, porque eu sofri o que eu sofri, eu prefiro trabalhar no manguê”

“Eu fui muito, muito humilhada na minha infância, muito humilhada”

“Na minha infância mesmo, eu não me sentia aquela criança, me senti mais responsável pela família toda, até hoje ainda acho que eu sou responsável pela minha família toda né? Que até hoje a minha correria é daquele jeito com minha família”

“Eu tive um pouco de infância, né? Bem pouca. Não tive aquela infância de muitas criança dizer ‘ah eu brinquei muito durante minha infância, tive o apoio do meu pai e minha mãe’. Já eu posso dizer ‘bom eu apoiei meu pai e minha mãe’”

“Me tornei mulher com 15 anos né, engravidei logo, aí foi quando fui espancada e perdi a criança, depois vim embora. Quando eu tinha 16 anos eu me ajuntei de novo”

“Queria ser policial um dia, véi. Porque só assim eu pegava e parava com esse negócio de tanta coisa errada, é racismo, é preconceito é tanta discriminação”

“Ainda tenho esse sonho”

“Depois que eu tive meus filhos eu pensei, eu vou dar o meu melhor pra meus filhos não passar o que eu passei”¹¹

Essas foram algumas das frases que mais me impactaram na primeira das 4 entrevistas que fiz enquanto viajava entre as diferentes comunidades tradicionais sergipanas. Com expressões meigas e acanhadas, em meio a risadas tímidas e choros contidos, enquanto passava o olho e cuidava de três filhas pequenas numa manhã de sexta feira, Dandara (como escolheu ser chamada) me contou experiências densas e pesadas demais vividas nos seus apenas 30, quase 31, anos de idade. “Tem gente aqui que me chama de Dandara¹², a princesa guerreira, porque diz que eu ... é ... sou muito guerreira né? Procuro meus objetivos e sempre vou em frente” ela me disse.

Estávamos sentadas uma de frente para outra, na sua sala de estar, enquanto ela estava cercada pelos seus (filhos, pais, neta), que estavam eternizados em fotografias emolduradas sobre sua cabeça, e agora, enquanto escrevo, eu só consigo sentir saudade de estar cercada pelos meus (os que já se foram e os que permanecem) que também tem um espaço de lembrança numa parede na casa dos meus pais, na Bahia. Sua casa de taipa era decorada também por bandeiras de movimentos sociais, retratando uma das formas de luta que ela se propõe a enfrentar, e o barulho das meninas brincando e da bebê no processo de desmame pareciam deixar o teor da conversa um pouco mais leve ao mesmo tempo de ser um lembrete constante do motivo do diálogo acontecer, as infâncias de meninas negras.

Dandara, mulher quilombola com ascendência indígena, que se autodeclara parda, me falou de dores como a fome e a violência doméstica com seu tom de voz suave e por vezes bem-humorado. Eu me pergunto se sua leveza e aparente controle emocional, seja lá o que isso queira dizer, eram devidos à presença das suas filhas ou por eu ser uma conhecida não tão próxima que ia pela primeira vez na sua casa fazer perguntas tão íntimas. De qualquer modo, na sua sutileza ao falar, ainda eram perceptíveis as frustrações, medos, e anseios que parecem

¹¹ As frases entre aspas, neste e nos subtópicos 3.2 e 3.3, foram escritas na tentativa de ser o mais fidedigno possível ao que foi falado pelas entrevistadas

¹² Este é um nome fictício que não foi utilizado de verdade na conversa

acompanhá-la há anos. Temos menos de dez anos de diferença mas ela já trabalha a mais anos do que estou viva.

Aos 6 anos ela começou a trabalhar no mangue com o pai; no quinto ano abandonou pela primeira vez o colégio (saiu definitivamente no nono ano); entre 11 e 13 anos trabalhou como doméstica em diferentes casas; aos 14 pegou para criar uma das irmãs como sua própria filha; com os 15 anos se “ajuntou” com um rapaz que lhe espancou até causar um aborto; entre os 15 e 16 o pai a chamou para retornar para casa depois de ter sido “expulsa” pela própria mãe, mas devido à situação física e mental da sua mãe ela saiu novamente de casa aos 16 anos e se relacionou com outro homem; entre os 17 e 18 trabalhou como doméstica e depois como motogirl de fretes; atualmente, com 30 anos é mãe de 5 filhos (a mais velha de 20 anos), dos quais apenas um dos três genitores é presente, e avó de uma bebezinha. Em quase vinte e cinco anos ela foi esmurrada, abandonada, humilhada, passou fome e sofreu racismo¹³ sendo simultaneamente cuidadora dos seus pais, parceiros, filhos e até dos manguezais, além de ainda manter como sonho uma profissão que visa cuidar do próximo (a de policial). E, nessas mais de duas décadas, ela nunca deixou de trabalhar, se sustentando por meio da pesca/mariscagem, da agricultura e do bolsa família.

Sinceramente, não sei ao certo como escre(viver) uma história tão profundamente dolorosa e resiliente, mas acho que vou utilizar seu pseudônimo como uma pista para adentrar no mundo dos contos de fadas. O conto que irei contar também se passa em terras rodeadas por plantações, águas encantadas e diversos animais. Só que na nossa história, a princesa não só admirava e conversava com a natureza, na verdade, ela a utilizava como sua primeira forma de sustento. Sua coroa é geralmente um capacete com seu nome gravado que ela utiliza constantemente. Então, como nos clássicos, acho que devo começar assim...

“Era uma vez,

Em um povoado quilombola no interior de Sergipe, chamado Carapitanga, havia uma menininha bem pequeninha e magrinha. O seu nome era Dandara. Ela era uma entre 10 irmãos, e no seu castelo feito de taipa, que abrigava a grande família, a fartura não era comum, mas mesmo com as tristezas ela ainda sentia alegria com a união familiar. Feijão, macarrão e arroz não eram alimentos frequentes, substituídos por uma mistura de café temperado na água com farinha, ou canjica. Seus pais não conseguiam comprar muitas roupas para os filhos, os meninos recebiam doações e as meninas usavam as roupas dos irmãos.

¹³ Ao escrever esse trecho, me lembrei de um slam poem, intitulado “Angry black woman”, que conheci muitos anos atrás, que acho digno de mencionar, e, que representa muito bem minha personalidade e intenção de escrever este trabalho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iiPiJ_Ge50s. Acesso em: 04 jul 2026.

Nessa situação, ela teve que começar a ir para o mangue, desde os 6 anos de idade, para ajudar seu pai a tirar o sustento da família.

Desde tão nova, ela ajudava botando redes de camboa¹⁴, empurrando barcos, tirando sururu, e carregando sacos cheios de rede e de mariscos, às vezes até faltando suas próprias aulas para apoiar no trabalho. Já passou por momentos nos quais a fome era demais e a barriga apertava tanto que Dandara precisava ir para escola para comer ao invés de trabalhar. Todo o trabalho pesado gerou dores no corpo prematuro que permanecem na sua vida adulta e faziam com que ela andasse ‘durona’. Sua suposta falta de ‘molejo’ ao andar junto com as roupas masculinas e grandes que ela usava, fazia com que ela fosse vítima de apelidos cruéis, como robocop ou maria homem. Além dessas intempéries, a pequena princesa enfrentou algumas batalhas árduas ao longo da sua infância.

1ª A batalha em terras desconhecidas:

Com o passar dos anos, as dificuldades aumentaram, sua mãe adoeceu e engravidou, e, para terem acesso a melhores medicações, a família teve que se mudar para outro reino temporariamente. Ele era chamado de Ilha das Flores. Para a menina, de cerca de 11 anos, ‘a Ilha era como uma prisão’, na qual ela permaneceu trabalhando como doméstica, até cerca de 13 anos de idade, para ajudar a própria família à distância, enquanto eles retornavam para o reino de Carapitanga devido ao trabalho do seu pai na pesca. Dandara morava com sua avó e ainda estudava no seu período na Ilha, mas precisava conciliar isso com o seu trabalho de doméstica em diferentes casas.

Longe dos mangues, enquanto sofria de dor nas costas e ficava cansada de se ajoelhar para esfregar o chão ‘direitinho’, ela não se sentia trabalhando para si mesma e nem livre. Nos domicílios que trabalhava, seus patrões eram sempre brancos, e por estar muito ‘precisada’ de ajuda, ela sempre pedia que indicassem para outras pessoas os seus serviços, se negando, entretanto, a trabalhar como babá para que não precisasse abandonar seus estudos. Fazia de tudo um pouco, desde limpar até cozinhar, mas não tinha permissão de comer na casa de alguns dos seus patrões, e, recebia só um ‘agrado’ como pagamento. O pouco dinheiro pago era utilizado para comprar um caderno, uma bolsa e mandar algo para ajudar o pai com a feira da família. Ela precisava sair da escola pela manhã, por volta das 11 horas, correr para tomar uma chuveirada em casa e comer algo muito rápido (como alguma fruta), e depois sair correndo para trabalhar nos domicílios, repetindo essa rotina das segundas aos sábados. Pela noite, depois de todo o trabalho do dia, que incluía recolher as louças sujas do almoço dos

¹⁴ Compreendi isto como uma técnica de pesca.

donos das casas e sentir a barriga roncar de fome, ela voltava para casa, onde podia finalmente comer, e juntava os materiais para, por fim, ir estudar com um grupo de meninas.

Além de lhe ser negada alimentação, fato que fez a princesa refletir: ‘eu não tinha alimentação, eu vivia toda franzina, era toda magrinha no tempo porque não comia direito. Eu comia o que? Duas vezes no dia’, ela também começou a perceber outros comportamentos abusivos de seus patrões que fizeram com que ela largasse posteriormente o serviço, como passarem sujando os lugares recém limpos. Especificamente em uma das casas, na qual residiam um senhor e sua filha adulta, o senhor passava a mão nela enquanto estavam a sós, quando ela preparava a comida dele, por exemplo. Se esquivando desses assédios e tentando procurar ajuda com a filha do empregador, ela ainda foi acusada pela mulher de se insinuar para seu pai e optou por largar o serviço.

Nessa busca incessante por ajudar seus pais, Dandara aguentou o aparente sentimento de nojo devido à sua pobreza e cor de pele por parte dos patrões, mas só mais velha começou a perceber que era tratada como se fosse escrava deles.

2ª A volta para casa

A situação da sua família ficou mais precária e com seus seis irmãos sendo mais ‘desleixados’ e Dandara sendo a mais velha das quatro meninas, que estudavam, ela precisou largar os estudos, sair da ilha e voltar para Carapitanga para ajudar seu pai no mangue. Com 13 a 14 anos, devido à deficiência da sua mãe, que a impedia de trabalhar, e à necessidade de pôr comida em casa, ela precisava trabalhar com seu pai e ajudar dentro de casa. A primeira vez que Dandara precisou abandonar os estudos, tinha apenas 13 anos, tendo voltado posteriormente com 16 anos, mas não tendo concluído eles para além do nono ano.

3ª Expulsa, ajuntada e espancada

Por volta dos 15 anos a princesa foi expulsa de casa por sua mãe, devido à sua instabilidade mental, e com uma filha-irmã que criava desde seus 14 anos, ela se ajuntou pela primeira vez com um rapaz. Sua filha lhe foi dada por uma senhora que a levaria embora, depois da mãe de Dandara não querer/poder mais criar a criança, porém, Dandara implorou para que não levassem sua irmã e com aquela bebezinha ela se sentiu ‘muito mãe’. Com o homem com o qual manteve seu primeiro relacionamento, ela apanhava todos os dias, ao ponto de engravidar e sofrer um aborto por espancamento tão jovem. Seu agressor reteve seus documentos por um longo período, e deixou danos irreparáveis no seu corpo e mente, fazendo com que ela nunca mais pudesse ter um parto normal.

Pouco tempo depois, retornou para casa devido a pedidos do seu pai, que sempre a apoiou, mas ficou por pouco tempo devido ao incômodo de sua própria mãe e por já se sentir

‘madura’ ou ‘adulta’ o suficiente para permanecer na casa dos pais. Com 16 anos, Dandara entrou no seu segundo relacionamento.

4ª Doméstica outra vez?

Pouco se sabe sobre esse período, mas entre as idas e vindas de diferentes trabalhos, a princesa, já no final da sua adolescência com 17 anos, foi doméstica mais uma vez no reino conhecido como Propriá. O tipo de coroa que usa atualmente com seu nome gravado, seu capacete de moto, foi usado profissionalmente desde os 18 anos, quando ela se escondia por baixo de densas camadas de apetrechos para realizar seu trabalho como motogirl de fretes. Na época a coroa era sua máscara e o silêncio seu companheiro constante, numa luta contra o medo de assédio que poderia sofrer na profissão, por ser mulher.

5ª A princesa e seus pequenos tesouros: não podemos passar fome novamente!

Agora, na sua maioridade, a princesa relembra os momentos nos quais precisava trabalhar para ter o que comer e como numa ‘disputa’ entre alimentação e brinquedos, os pais sempre priorizavam que suas filhas comessem. Além do sentimento de dor por ter sido posta para fora de casa pela sua mãe, a princesa não parece guardar grandes rancores dos pais, e acredita que seu trabalho era necessário e moldou sua personalidade e força atualmente. Ela entendia a necessidade de vestir as roupas dos seus irmãos, pela falta de condição da família, e compreendia que o comer vinha antes do brincar. Mesmo com todas as violências sofridas, ela e as irmãs ainda buscavam formas de se divertir e sonhar, seja brincando com folhas de mamoeiro ou catando brinquedos descartados no lixo que pudessem ser reaproveitados.

Eram chamadas de cata-lixo, mas não desistiam da sua missão e defendiam sua busca por brinquedos. Um dia, quando uma mulher de fora do seu reino viu que ela não tinha boneca, resolveu trazer uma boneca para a princesa, que até hoje é guardada com muito esmero. Nem de sonhar a princesa desistiu, ela já quis ser modelo, mas num processo de recrutamento mirim foi vista como muito pequena para tal profissão, e, a partir daí começou a sonhar em ser policial, sonho que ainda mantém, assim como a vontade de concluir seus estudos. Uma outra coisa que nunca mudou foi a sua necessidade de cuidar dos outros.

Desde seus 14 anos, ela começou a cuidar dos seus pequenos tesouros, que um a um foram surgindo em sua vida e tornando impossível que ela parasse de lutar para mantê-los bem. Eles são seus filhos, e mais recentemente sua primeira neta. Dandara trabalha constantemente para que seus filhos não passem fome como ela passou, mas também está numa situação que percebe que eles precisam aos poucos começar a tomar as rédeas das próprias vidas, já que ela acha que talvez não seja possível manter todos eles sozinha até sua maioridade. Sua filha-irmã, já mãe, também desde a adolescência, está trilhando seu caminho.

Seu único filho homem, de 13 anos, já vai consigo para o mangue e ajuda a cuidar das irmãs dentro de casa, assim como a menina de 9 anos que também está aos poucos aprendendo os afazeres domésticos. Sendo a responsável por gerir a casa, devido às complicações referentes aos diferentes genitores dos filhos, ela precisa trabalhar, cuidar dos filhos e ainda enfrentar o processo de desmame da sua filha caçula. Ela se esforça para alimentar seus pequenos tesouros-crianças, disponibilizar brinquedos para eles, e manter a ludicidade na sua vida, enquanto vive aterrorizada de um dia desmoronar e ficar incapacitada para cuidar deles.

A princesa percebe outras crianças na sua comunidade que acompanham suas mães para o mangue, mas poucas aparentam já ter passado ou passar pela realidade que ela enfrentou na infância enquanto trabalhadora doméstica. Ela também vivenciou o avanço da proteção infantil na pele, quando foi inquirida pelo conselho tutelar sobre deixar seus filhos sozinhos em casa. Mas a essas situações, ela responde com ‘de fome eu não quero ver meus fio passar não’. O fim do trabalho nunca foi uma possibilidade para essa princesa-guerreira assim como a possibilidade de ser cuidada parece uma miragem distante.

O quão doloroso deve ser para essa princesa viver com medo de um final mais infeliz do que seus dias que já foram tão tortuosos, e, o quão surpreendente é ela ainda ter uma fagulha, mesmo que ínfima, de inocência no seu olhar que já deve ter desaguado oceanos inteiros?”.

3.2. Antônia: estudar é preciso!

Antônia, a senhora mais velha entre as mulheres entrevistadas, é mais tímida e de poucas palavras. Tive outras oportunidades de conversar com ela durante as itinerâncias que fiz em nome do OPoPVida/PEAC/UFS nesses mais de dois anos de trabalho, e, acredito que essas diferentes interações contribuíram muito para que eu me sentisse mais confortável no exercício das minhas atividades como pesquisadora. Também sou consideravelmente introvertida, mesmo sendo uma pessoa que ri de tudo e para todos, mas confesso que as breves e diretas conversas que já tive com Antônia sempre me agradaram. Não eram momentos excessivamente ruidosos e nós duas parecíamos acanhadas com cumprimentos físicos num primeiro momento, o que de certa forma me acolheu, porque eu não precisava tentar demais.

Confesso também que foi por uma conversa na qual ela relatou ter sido uma trabalhadora infantil doméstica, que precede muito a recente entrevista que irei relatar, que me ajudou a escolher o recorte temático para a presente pesquisa. No nosso diálogo mais recente,

duas coisas chamaram minha atenção e aqueceram demasiadamente meu coração. A primeira foi ela ter perguntado se eu voltaria para a Bahia depois de terminar meu curso, e um questionamento tão simples me deixou imensamente feliz devido à atenção no seu tom de voz. A segunda foi o abraço que partilhamos na minha chegada ou saída, não lembro ao certo agora, no qual eu a senti menos retraída do que em outros momentos.

Nosso encontro na sua casa, durante o período da manhã, foi mais breve do que o da primeira entrevista que realizei com Dandara e não houve grandes emoções, com a casualidade e a descontração sendo características marcantes nas falas de Antônia. Considerei isso um fato interessante, porque enquanto sua jornada como trabalhadora infantil era relatada com muita naturalidade, ela ainda demonstrava desacordo com essa prática laboral e suas consequências para o estudo. Sua trajetória foi permeada por mudanças entre diferentes locais de residência, tendo saído e morado fora do estado por alguns anos, muito trabalho e a criação de seus filhos a partir do sustento obtido na maré.

A inconstância nos estudos e a ausência de um sonho do que ser ou fazer também são denominadores que fizeram/fazem parte da sua vida. Mesmo assim ela alegou: “trabalhei muito, mas eu fui feliz com minha vida. ... ainda sou feliz, graças a Deus”, e, que brincar não foi algo que faltou na sua infância, tendo feito afirmações como “minha infância foi boa... a gente brincava bastante” e “a gente brincava muito, a infância foi boa”. Sua família não passou necessidade de forma severa, e seus brinquedos consistiam em bonecas de pano feitas manualmente e bonecos de barro que eram postos no sol para secar antes de serem utilizados.

Sendo parte de uma comunidade na qual muitas crianças pequenas trabalhavam assim como ela, constantemente no mangue, ela me contou: “tinha muita criança que trabalhava pequena né? Aí depois que teve a escola, aí foi mudando né?” e “aqui teve muita que trabalhou assim criança né? Muita viajou, trabalhou fora, aí quando começou a ter família voltaram”. Portanto, aos 66 anos, sendo aposentada pela pesca/mariscagem há mais de uma década, Antônia relatou diversas vezes a necessidade das crianças estudarem e como ela tentou fazer com que seus nove filhos não abandonassem as aulas e tivessem um futuro diferente do dela.

Sentadas na sua sala de estar, com uma das suas filhas também estando em casa, ela me contou que iniciou sua vida como trabalhadora aos 9 anos de idade, acompanhando sua mãe em suas idas para a maré. Ela precisou interromper seus estudos devido ao trabalho, parando na quarta série e retornando brevemente durante a adolescência enquanto residia no Rio de Janeiro, e sobre isso afirmou: “eu gostei de trabalhar, ter o meu né, ajudar minha mãe. Aí continuei trabalhando”. Sendo a mais velha entre os 3 irmãos (eram dois meninos, mas um

só nasceu quando a mãe se envolveu com outro rapaz e Antônio tinha ido embora de casa), foi a primeira a trabalhar para ajudar a mãe, além de ir para a maré ela também ajudava limpando a casa, enquanto seu irmão mais novo estudava. “Aqui no tempo a pessoa trabalhava e estudava né?”, por isso o destino dos seus irmãos também foi marcado pelo trabalho quando ficaram um pouco maiores.

O dinheiro que vinha do trabalho na maré ficava com sua mãe, já que ela vendia os peixes e usava o dinheiro para cuidar dos filhos e arcar com as despesas da casa. Por volta dos seus 13 a 14 anos, Antônio saiu da sua comunidade, Rua da Palha em Santa Luzia do Itanhý, e se mudou para Aracaju devido à oportunidade de ser doméstica na casa de uma família branca (na prestação desses serviços o dinheiro passou a ficar com ela). Nem ela nem sua mãe se mostraram contrárias a oferta, “então vá trabalhar, pra não ir pra maré, que você é nova” essa era a linha de pensamento da segunda. Na primeira casa em que trabalhou, a família era constituída por adultos e ela morava na casa com eles, voltando para a própria casa aos finais de semana, ela ainda me contou: “a família era grande... eu era igual uma filha dentro de casa com ela, era muito boa a patroa”.

Aos 15 anos, ela embarcou para uma nova etapa da sua jornada, no Rio de Janeiro, quando uma amiga que morava lá foi visitá-la e a convidou para trabalhar lá. Aceitando o convite, e sem enfrentar oposições de sua genitora, Antônio se mudou para o Rio e voltou a residir em Sergipe apenas com 23 anos, quando estava grávida do seu primeiro filho. No outro estado, ela trabalhou em três casas, não simultaneamente, todas de pessoas brancas, e residiu em todas elas durante os períodos nos quais estava empregada (por vezes, ela mandava parte do dinheiro recebido para sua mãe). Ela não relatou ter sofrido nenhuma violência e nem ter sido menosprezada ao longo dos seus serviços, alegou, na verdade, ter sido muito bem tratada nas casas em que trabalhou e ter tido condições dignas, mas também não mostrou interesse em voltar a ser doméstica depois de ter abandonado essa prática laboral, e nem quis que seus filhos seguissem essa profissão.

Acerca das suas funções nas casas no estado sudestino, ela disse: “ah eu fazia tudo. Eu lavava, cozinhava, só não passava porque tinha passadeira ... e tinha babá na casa que tinha criança, tinha babá”, nesse ritmo de trabalho ela passou cerca de 1 ano trabalhando na primeira casa, dois anos na segunda e ficou na terceira até engravidar e voltar para Sergipe (nesta última residência ela já era maior de idade quando começou a trabalhar). Mesmo com as múltiplas tarefas, ela me contou que as dores no seu corpo são oriundas do seu trabalho na maré, não dos seus serviços domésticos. Seus patrões, não sei ao certo quais e por quanto tempo, queriam que ela continuasse a estudar e assim o fez por um período, trabalhando pelo

dia e estudando à noite, até parar novamente. Suas férias eram um fim de semana livre, retornando ao trabalho na segunda-feira, a cada quinze dias, mas, considerando que ela residia nos seus locais de trabalho, ela saía durante o dia para aproveitar seu descanso e voltava para as casas durante a noite, ficando no seu quarto.

Só no último domicílio tinham crianças e tinham outras funcionárias com quem ela dividia seus serviços - na primeira eram apenas um senhor e seu filho adulto e na segunda residiam um casal e seu filho também adultos -, enquanto ela lavava roupas tinha uma outra mulher responsável por passá-las, Antônia também cozinhava e fazia faxinas leves para conservar a faxina grossa feita quinzenalmente por outra trabalhadora, que também era negra. Nesta terceira casa seu salário era em torno de 3 contos de réis, ela recebia o 13º salário e era paga nas férias (mas não possuía carteira assinada). Foi nela que insistiram que ela continuasse trabalhando e morando com seu filho, mas o pedido foi recusado, porém, mesmo após seu retorno para Sergipe, Antônia ainda recebeu cartas da sua antiga patroa pedindo seu retorno, que também foram negadas.

Ela voltou e viveu da maré. Foi puxado criar suas 4 filhas e 5 filhos a partir do trabalho pesado do mangue, mas não sofreu violência nele, apesar das dores físicas advindas de todo o esforço feito ao longo dos anos. Ela gostava de pescar e de trabalhar para si mesma, mas queria mais para seus filhos, dizendo: “queria que eles estudassem. Vocês vão estudar, como eu não estudei mas eu quero que vocês estudem né? Pra não ir trabalhar na maré, pra ser alguma coisa na vida”. Antônia evitou levá-los cedo para a maré (começaram a ir maiores, por volta dos 13 anos), priorizando seus estudos, porém, conforme cresciam eles queriam ter seu próprio dinheiro e parar de estudar. Todavia, ela não queria que seus filhos abandonassem os estudos mesmo trabalhando, então os que estudavam de manhã iam pela tarde para a maré, para colocarem ratoeiras e pegarem guaiamum, enquanto os que estudavam à noite iam de manhã para a maré.

Na sua época, a escola na comunidade era inicialmente em uma casa na qual uma professora dava aulas para crianças até aproximadamente a quarta série, quem tivesse condição continuava seus estudos em Estância, e, quem não tivesse encerrava naquele momento. Posteriormente, a escola foi construída e a professora passou a dar suas aulas no local, com o passar do tempo a instituição cresceu, mas Antônia já tinha se mudado para trabalhar como doméstica. No período dos seus filhos, já eram ofertadas aulas até o oitavo ano no seu povoado, e, para concluir o processo educativo era preciso ir para Santa Luzia do Itanhy. Conforme eles chegavam próximo ao ensino médio e cresciam seus estudos eram abandonados, o que resultou em apenas 2 (um homem e uma mulher) dos 7 irmãos formados.

Mesmo saindo da escola, como Antônio desejou, nenhum dos seus filhos trabalham na maré, um deles é taxista, alguns se mudaram para Santos ou para o Rio de Janeiro e duas das mulheres continuam morando com ela.

Próximo ao fim da entrevista, Antônio permaneceu defendendo o brincar (ela alegou que as crianças hoje em dia preferem seus celulares a brincar) e o estudar como elementos centrais na vida das crianças, e que gostaria que o que é passado na televisão sobre o combate ao trabalho infantil passasse a ser discutido na sua comunidade. Algumas das suas colocações sobre isso foram muito impactantes, como,

“Uma criança tem que estudar, ... tem que brincar né?... Não tá com vício nenhum”

“Criança tem que estudar né?”

“A pessoa tendo um bom estudo, tem um bom trabalho, né? Que se a pessoa não tiver estudo, não tem trabalho. Trabalho pesado, né?”

“A pessoa tendo um estudo pega um trabalho mais melhorzinho né?”

“O governo já paga pra eles estudar né? ... O governo já paga pra as criança estudar, não ir trabalhar na maré como eu trabalhei na minha idade né?”

É valioso ressaltar que Antônio considera ter sido e ainda ser feliz, e, a cerca de três anos, por insistência de uma diretora e de outras mulheres, voltou a estudar.

3.3. Margarida: o que está por trás da risada?

“Encontrei Margarida perfumada, como dava risada por também me encontrar”¹⁵, parafraseei o grupo musical Timbalada porque nada parece mais apropriado que isso ao me referir ao encontro que tive com Margarida. Ela sempre foi uma mulher muito risonha, aparentando estar constantemente feliz e encantando a todos com seu jeito acolhedor e suas cantorias. Inclusive, enquanto esperava que ela atendesse a porta para iniciarmos nossa conversa, eu ouvia sua cantoria durante o banho. Nossa entrevista foi recheada de risos, momentos de timidez e pedidos infundados de desculpas por sua parte por achar que “falava demais”, mas, Margarida não se mostrou “chorona” como na música, mesmo ao falar da situação vulnerável enfrentada pela sua família que a levou a trabalhar como doméstica na infância.

Nascida em Estância, no povoado Miranga, sua vida laboral começou cedo, por volta dos 9 anos ela trabalhava na maré com seu pai, botando camboa. Sobre a arte de pescar, ela

¹⁵ Ver a música “Margarida Perfumada” (1995) da banda Timbalada. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cfN2ILqEZr4&list=RDcfN2ILqEZr4&start_radio=1. Acesso em: 04 jul 2026

me disse: “ele começou a ensinar devagarzinho”. O pai dela vendia frutas e peixes e arcava com as despesas, entretanto, ele largou sua mãe por outra mulher e deixou-a sozinha para sustentar 10 filhos, posteriormente um deles faleceu. Com isso, por volta dos seus 11 anos, Margarida abandonou a mariscagem e se mudou para Aracaju para exercer o trabalho de doméstica, voltando a mariscar com aproximadamente 17 anos. Na época, sua irmã, com cerca de 12 anos, também se mudou para Aracaju para trabalhar como doméstica em outra casa. Entre as irmãs (que eram cinco e quatro homens), as duas eram as mais velhas, por serem mais novas, as outras não trabalhavam.

Em relação aos irmãos, atualmente só dois deles permanecem vivos, tinha um maior, igual a elas, que também trabalhava. Ela descreveu que os meninos colocavam ratoeiras no mangue, em Estância, para pegar guaiamu e por vezes eles comiam o que pegavam. A mãe dela (que assim como seu pai, era analfabeta), ensinava seus irmãos e irmãs menores a plantar, e trabalhava na roça além de mariscar para sustentar os filhos, tendo se aposentado pela mariscagem. Quando seu pai (que bebia muito e faleceu afogado na Miranga) ajudava era melhor, mas quando ele foi embora, a mãe lutou muito sozinha. Sua família era carente, eles moravam em casa de barro e não sabiam de brinquedos estruturados na infância, “eu brincava muito ... mesmo assim eu brincava fia” ela me disse. Seus brinquedos eram casquinhas de massunim, de ostra e de caranguejo, faziam “cascos” de cavalo com cascas de coco seco para brincar de corrida, e brincavam em roda, de gangorra, etc.

“No caso, nós não tinha muita alimentação, mas ali tinha uma manga, uma banana a gente comia. Era isso, era. E quando não tinha nada, fia, não tinha”, por morarem em Aracaju por um período, ela e a irmã não passaram muita fome, mas sua mãe e seus outros irmãos foram mais afetados, “eu não passei necessidade, mas meus irmão passou”. Sobre seu período enquanto doméstica, no qual ela trabalhou em apenas uma residência, ela me contou: “com 11 anos de idade eu fazia tudo dentro de casa, só que eu não ganhava nada né? ... Ganhava assim as coisinhas né, as comprinhas. Era roupa essas coisinha era, porque era pra ajudar minha mãe que tava com um monte de filho que nem eu falei, entendeu?”. O casal que eram seus patrões eram conhecidos da mãe dela e demonstraram interesse em adotá-la, mas nem ela nem sua mãe queriam, ela alegou que sua mãe falou algo do tipo: “assim pra dar pra criar eu não dou não. Dou assim pra você passar um tempo...”. Ela ainda me contou que a família tentava uma aproximação com ela, mas ela não queria, já que não tinha o interesse de ser adotada por eles.

Margarida trabalhou no domicílio até, aproximadamente, seus 13 anos. Na casa moravam o casal (a mulher era negra, e descrita por Margarida como bem “morena”, e o marido dela era branco e trabalhava como caminhoneiro) e seus 5 filhos, que eram um pouco

mais velhos, com cerca de 17 a vinte e poucos anos e que foram se casando e gradualmente se mudando. Dentre suas funções ela lavava os banheiros, cozinhava, lavava os pratos, etc. Ela continuou estudando enquanto morava com os patrões, pela manhã ela trabalhava e pela tarde sua patroa a deixava na escola, que era a mesma na qual seus filhos estudavam, e depois voltava para buscá-la. Como a casa era enorme, os filhos também ajudavam na limpeza e por vezes colaboravam fazendo coisas como tirar os pratos da mesa em dias nos quais ela estivesse atrasada para a aula.

Em relação à sua remuneração, ao invés dela ganhar o dinheiro, a mulher mandava-o para sua mãe, e, às vezes, davam uma parte do pagamento em dinheiro e algumas roupas e calçados usados. Para ela, eles compravam roupas, material escolar e a mantinham morando na casa deles, ela ainda comentou que por vezes eles davam-na também um pouco do dinheiro. Sobre isso, ela compartilhou comigo: “porque assim, né, porque se me pagassem, né, não dava pra ajudar minha mãe, que tinha 9 fio, né, aí por isso”. Ao dizer que não sofreu nenhuma violência no exercício do trabalho na casa, ela me disse uma frase muito marcante: “não. Só o trabalho mesmo que era né? Assim, tem uma maneira que sim, porque pra minha idade né, era né? Porque fazia tudo, a gente tem que estudar né mulher?”. Quando a situação melhorou/aliviou um pouquinho ela foi embora, e, por volta dos 15/16 anos passou a trabalhar em um restaurante (no qual aprendeu e memorizou diversas receitas) em Estância, saindo com seus 17 anos e indo morar no povoado de Pedra Furada (em Santa Luzia do Itanhy).

Lá ela cozinhava, limpava, e fazia marmita, mas com pouco salário. Tinham outras trabalhadoras no restaurante, que eram maiores de idade e tinham carteira assinada, e sua patroa era uma mulher branca, mas, que segundo seus relatos, não a tratava mal. Por volta dos seus 17 anos, ela se casou (não no papel) e se mudou com seu companheiro, com quem teve 5 filhos que eles sustentaram a partir da pesca. Ela relatou gostar de mariscar desde pequena, e que não pensava muito nos trabalhos que executou desde a infância especificamente como “trabalho”, mas confessa que as dores que sente atualmente podem ser um acúmulo de dores de todas as suas funções laborais exercidas desde pequena, como os próprios movimentos repetitivos no manguê.

Ainda me disse que vê tanto os serviços domésticos quanto a mariscagem como serviços similarmente pesados, “porque você varre casa, lava prato né? Tem que dar conta de filho, de tudo, e assim na maré, um pouco, às vezes você já descansa um pouco né?”, e, mesmo com a desvalorização salarial e a dificuldade ela relata: “o mais que é duro, mas assim, eu gosto do meu trabalho” e “eu acho que eu prefiro minha maré fia”. Inclusive, ela disse que preferia mariscar a estudar porque tinha palmatória e a possibilidade de ter que

ajoelhar no milho na escola, e essas eram coisas ruins. Sua afeição para a maré também está no paladar “eu me acostumei de comer tudo da maré”, e, se não tiver o que comer, dá para tirar da maré, sendo sem muito “luxo” mesmo. Além disso, ela disse conhecer mais mulheres que são marisqueiras desde crianças do que mulheres que foram trabalhadoras domésticas na infância.

Seu primeiro filho nasceu por volta dos seus vinte e poucos anos, e ao todo tem 3 homens e duas mulheres, que, quando crianças, trabalhavam na maré e estudavam. O primogênito apanhou dela para que continuasse estudando e adquirisse mais conhecimentos, e, agora mais velho e graduado numa faculdade (com o auxílio do FIES) ele diz que a surra valeu a pena. Seus filhos começaram a trabalhar por volta dos 12 anos - a situação na sua casa com seu companheiro era humilde mas não era tão carente quanto na sua infância, e, ela não forçava ou batia nos seus filhos para que eles trabalhassem -, porque queriam ter seu próprio dinheiro, o mais velho, por exemplo, estudava num turno e no outro ia para a maré, com isso ele abriu a conta dele com o dinheiro ganho e enquanto juntava suas economias ajudava um pouco os pais financeiramente.

Eles também ajudavam limpando um pouco a roça. Atualmente, só um dos seus filhos não concluiu o ensino médio (tendo ido até aproximadamente a oitava série), e, dois fizeram faculdade, além disso “eles sabem tudo da maré, todos eles, porque assim, eu ensinei que nem meu pai também ensinou”. Margarida acredita que o fato deles terem trabalhado pelo menos um pouco foi bom para que não acontecesse o que falam de “virar vagabundo”. Ela também manifestou que não se opõe aos adolescentes no geral trabalharem, contanto que seja no contraturno do estudo e que eles possam descansar. Uma problemática recorrente que ela conversou comigo foi o fato de muitos adolescentes falarem que é melhor trabalhar que nem as mães do que estudar, e que às vezes a pessoa se mata de estudar e não tem trabalho.

Seu filho que não concluiu o ensino médio seguia essa linha de raciocínio, se questionando “cadê o trabalho depois de concluir o ensino médio”. Ela também trouxe a excelente pontuação: “tem coisas que ... a faculdade não ensina tudo não”, enquanto falávamos do seu sonho não realizado de se formar em gastronomia e abrir um restaurante. Sobre isso ela ainda apontava como ter aprendido de tudo na infância, como as receitas do restaurante, por exemplo, foi algo bom e é uma demonstração de que nem tudo se aprende na faculdade. Mesmo com tais pontuações sobre o sistema educacional, ela também defendeu muito a educação e o brincar como elementos que precisam estar presentes na infância, e como as discussões de acabar com as explorações das crianças circulam entre os vizinhos e nas escolas da sua comunidade.

Além disso, ela nunca parou de estudar. Desde a infância até a fase adulta, enquanto precisava conciliar os estudos com o trabalho para o sustento dos filhos, ela persistiu até conseguir concluir o ensino médio. Inclusive, chegou a ter aulas junto com seu filho mais velho, durante a sétima e a oitava série, mas era julgada e alvo de piadas pela sua idade, o que a fez desistir depois de um tempo, tendo feito posteriormente o supletivo.

3.4. Vânia¹⁶: a criança que “brincava” de cuidar de outras crianças

Depois de tudo que ouvi na entrevista com Vânia em meio a risadas e lágrimas, enquanto estávamos sentadas na varanda de sua casa, seguida de um delicioso almoço caseiro, comecei a pensar que se a filha de um dos cangaceiros de Lampião pudesse contar sua história, ela seria algo próximo ao que a marisqueira me contou. Pegando sua voz emprestada, recriarei um monólogo que junte todas as falas fragmentadas ao longo da nossa conversa.

“Meu pai era do tempo de Lampião, meu pai conheceu Lampião, meu pai sustentou Lampião na fazenda que ele trabalhava em Pernambuco e meu pai, ele agia como Lampião. Ele¹⁷ era de 1924, e ele conheceu Lampião em Pernambuco na fazenda que ele trabalhava e ele teve que matar criação e tudo... ele dizia que quando Lampião invadia fazenda não era pra fazer mal, era pra comer, era pra se alimentar. Então meu pai, que era empregado dessa fazenda, matava os animais. As mulheres faziam comida, ele era solteiro na época né? Então eu digo a ele, ‘Então o senhor aprendeu essas coisas com Lampião’. Meu pai, ele era muito violento assim com os filhos, não com os outros mas com os filhos. Meu pai era muito violento com os filhos... Por isso, eu tive 5 irmã mulher, nenhuma se casou, eu sou casada hoje, mas por esforço meu. Quando iam pedir a mão das minhas irmãs ele negava e elas fugiam.

Depois de muito tempo, já grande, eu disse a ele ‘o senhor não era pra tá aqui o senhor era pra tá morto que nem Lampião, como cangaceiro’. Porque meu pai era horrível, meu pai. Era um homem muito ignorante, muito bruto, muito agressivo. Meu pai toda vida foi um homem de roça, né? Ele foi um homem pescador, mas ele toda vida nunca gostou né, ele gostava era de trabalhar na roça. Por isso, antes dos sete anos, eu e meus 3 irmãos mais novos, já que os outros 6 iam crescendo e indo embora para as capitais e ficando por lá, caminhávamos e acompanhávamos ele todo dia na roça, mas ele ainda não permitia nosso trabalho com a enxada por sermos muito novos. Nesse período, eu ajudava minha mãe a fazer

¹⁶ Todos os trechos em itálico são frases escritas exatamente da forma que a mulher entrevistada falou

¹⁷ As partes que não estão em itálico foram tentativas que fiz de conectar as respostas dela, utilizando minha voz, para construir uma narrativa fluída e sem interrupções

farinha. *Eu acho que a gente já começava a trabalhar desse, desse tempo né?... Desde pequenos.* Éramos 10 irmãos, mas um foi atropelado e faleceu, minha mãe recebia a pensão dele. Os homens tinham mais oportunidade, já que com seus 16 pra 18 anos se negavam a trabalhar na roça e paravam. Entre os quatro filhos mais novos, que fomos ficando, éramos dois homens e duas mulheres (eu era a mais nova entre as duas). Ainda lembro da minha irmã chorando no mangue, dizendo que não queria trabalhar ali mas ser atriz, enquanto eu ria dela.

Desde que eu nasci, até os meus seis anos né? Que eu acho que eu ainda sabia o que era ser criança, mas depois dos 7/8 anos não tive mais infância porque é como eu disse né? Nós aprendemos a trabalhar na maré desde essa idade. Naquela época, a gente fazia brinquedos como boizinhos, com palitinhos e mangas, ou usávamos barro para fazer as coisinhas e colocávamos para secar. *Hoje, as crianças de hoje, não sabe... eu digo que não sabe ser criança como a gente.* Elas não têm a mesma liberdade de brincar livremente, por exemplo, em poças de água sem receber reclamações. Mas a partir dos meus 7 anos, passei a trabalhar na maré e na roça por mais de 10 horas por dia, tirando e cuidando dos mariscos, e ainda ajudava minha mãe em casa. Nem tive a oportunidade de estudar, apenas brevemente entre meus 7 a 10 anos. Fiz até a terceira série, mas depois meu pai começou a viver nas beiradas de maré e ficávamos distantes das escolas, então eu e meus irmãos não estudávamos porque tínhamos que trabalhar.

Meu pai nunca, nunca permitiu que a gente estudasse, que ele não dava um caderno, não dava um lápis. Ele não acreditava na gente, e via maldade e duvidava até se disséssemos que íamos para a escola. *A gente tinha que se virar, eu vendia castanha, eu vendia... eu fazia as coisas pra poder eu comprar um lápis e um caderno. A gente nunca teve.. é ... um estudo, ninguém pra informar que existia trabalho escravo de criança né? Que criança trabalhava, era um trabalho escravo né?, só tínhamos o radinho e depois fomos ter uma TV, então não víamos coisas sobre o Estado atuando em relação ao trabalho infantil. A gente não entendia que nós precisava ter mais infância. Meu pai ofendia muito a gente, maltratava muito e minha mãe era obediente e conivente a ele.* Ela também trabalhou demais, tanto na roça quanto na maré, só parou de trabalhar quando adoeceu e morreu, e ainda ficou casada com ele por 72 anos. A gente tinha necessidade porque meu pai não era o tipo de pessoa que dava nem 10 reais aos filhos, e queríamos ter alguma coisa, então, o dinheiro que minha mãe conseguia vendendo as ostras que nós pegávamos, ela dava pra gente ou comprava coisas para nós, como roupas.

Meu pai não permitia nem que a gente comprasse uma calcinha. As calcinha era pra ser feita de pano... meu pai era assim, que achava que calcinha de feira não era pra mulher,

entendeu?... A roupa de minha mãe ela mesmo era quem fazia, roupa pra gente. Era assim ó, tudo assim de manga, não permitia que vestisse uma camisa de alça, uma coisa de nada, meu pai. Hoje, com a minha consciência, com tudo que eu já aprendi e vi, eu vi que eu era, que nós, não só eu como meus irmãos era... trabalhava como trabalho escravo ... mesmo que sabendo que era pra casa mas era. Meu pai ia para a feira e marcava os vãos de roça pra nós 4 limparmos, e, quem não limpasse todo quando ele chegasse apanhava. Eu chorava muito, porque quando um de nós acabávamos nossa parte não ajudávamos um ao outro.

Meu pai espancava, batia demais ... era com corda... enquanto a gente não urinasse na mão dele ali ele não sortava, sabe? E minha mãe ficava daquilo ali vendo e não dizia nada e fazia nada. Sofri e apanhei muito dele. A gente morava na Cidade Nova, em Estância, e como minha mãe costurava as nossas roupas ela comprava os tecidos em uma loja, no município, que pertencia à uma família árabe, e, às vezes eu a acompanhava. Um dia, quando estávamos na loja, a proprietária contou para minha mãe que a sua nora, que também trabalhava na loja, tinha ganhado neném e ela precisava de ajuda para cuidar da menininha por estar tendo problemas em conciliar a maternidade com a administração da loja. Então ela perguntou pra minha mãe se ela podia me deixar por um tempo com sua família para que eu trabalhasse para eles.

Minha mãe falou que meu pai não permitia, então a senhora perguntou se poderia conversar com ele e ela disse que sim. Quando a senhora foi perguntar pra meu pai, ele não se agradou muito e me questionou se eu queria ir. Eu falei que sim, por já estar calejada de trabalhar de enxada na roça, e, como o dinheiro iria para a mão dele, ele permitiu. Assim, por volta dos meus 12 anos, sem nem ter menstruado ainda, eu fui trabalhar como babá da menina recém nascida lá em Estância e passei a morar com a família. Nessa época minha vida começou a mudar, eu passei a vestir calça, bermuda e até blusa de alça. Na casa, moravam o casal, a filha e a sogra, eram uma família bem estruturada. Eu só cuidava da bebê, lavava as roupinhas dela e mantinha seu quarto arrumado, não fazia nenhum afazer doméstico e até a comida da neném era feita por outra pessoa.

Elas dizia que era duas criança, uma criança pra brincar com outra, então não permitiam que eu fizesse os serviços da casa e nem que eu fosse pra a beira do fogão, até queriam que eu não lavasse minhas roupas, mas desde os meus 7/8 anos eu já lavava minha roupa sozinha no rio. Enquanto eu trabalhava lá, eu dormia mais a véia e ainda fazia xixi na cama, já a bebê dormia com os pais. Lá tinha uma outra funcionária, que também era negra mas era adulta, que não dormia na casa e era responsável pelos serviços domésticos. E, na

hora de comer, eu só não comia na mesa com eles porque eu ficava olhando a neném, mas quando eles acabavam de comer nós revezávamos e eu me alimentava.

Minhas folgas eram de 15 em 15, e a senhora ia me deixar em casa. Quando eram os dias de pagamento ela dava o dinheiro direto pro meu pai. *Eu nem via... quem acertou foi ela mais ele, o valor e tudo, e ele recebia.* Se ela não levasse o dinheiro em casa, minha mãe passava na feira e pegava. Toda vida eu gostei de cortar o cabelo, e, como passei a usar calça e blusa de alça, quando chegava em casa e pedia a bença ao meu pai ele não respondia, por dizer que não sabia se eu era macho ou fêmea. Quase dois anos depois, a família me mandou para trabalhar em Salvador, para ajudar a avó do rapaz, e meu pai parou de falar comigo. Esta senhora tinha uma espécie de bar, bem simples, e fazia muitos charutos de carne e quibes. Com ela, lá no pelourinho, eu aprendi a fazer essas comidas.

Na casa dela eu ajudava com a limpeza, e, tinha outra pessoa que também ajudava no trabalho. Já a partir das sextas-feiras e nos finais de semana eu ajudava muito na cozinha, moendo carne e preparando as comidas, então o trabalho era mais pesado do que na casa anterior, mas eu sempre recebia orientação da senhora e não me sentia realizando um trabalho escravo. Eu ouvia palavras ofensivas do meu pai, mas não dos meus patrões, inclusive até hoje a mãe da bebê fala *essa daqui foi quem ajudou a lhe criar, me ajudou a lhe criar.* A senhora também me matriculou numa escola perto da casa dela e eu voltei a estudar (no final, eu não levei comigo nenhum documento de nenhuma das poucas escolas que estudei, preferi recomendar meus estudos no EJA do zero, quando já tinha quase 30 anos), e, eu também tinha folgas quinzenais mas preferia ficar passeando por Salvador mesmo. *Eu só tinha raiva porque eu não tinha dinheiro,* mas ela sempre me dava um dinheirinho escondido do neto, que era quem continuava pagando o meu salário para meu pai, já que era a mesma família da casa de Estância.

Fiquei trabalhando lá por uns dois anos, até que a idosa faleceu de repente, então voltei para Sergipe, mas não quis mais ficar tirando ostra, e acabei arranjando outro serviço em Aracaju por indicação de uma amiga. Trabalhamos no mesmo prédio e fomos nos aproximando. Eu tinha uns 17 anos e ela uns vinte e pouco, e ela me ensinou muitas coisas, como a usar absorvente ao invés de pano, me levou para o cinema e para conhecer mais coisas. Minha patroa nessa época cuidava da própria filha nos finais de semana e me liberava do serviço, então eu dormia no quatinho da minha amiga na casa que ela trabalhava. Nessa segunda casa onde trabalhei tinha um casal e seus dois filhos, um de 7 anos e uma bebê de 1 ano a qual eu era responsável por cuidar. Era uma família bem branca. Eles me tratavam super bem, mas por causa do assédio do pai do marido eu pedi demissão.

Ele só pegava a neta quando tava no meu colo, que era pra passar a mão no meu seio. Quando eu passava ele ficava escorado na porta que era pra poder eu passar me relando nele. Como eu tinha conhecido um rapaz, que era operador de máquinas, a partir da minha amiga (que virou minha comadre devido ao meu filho mais velho), e acabei engravidando dele, tinha recebido uma proposta de ir para Recife com ele, então decidi me demitir. Um dia, enquanto toda a família estava na mesa comendo, incluindo o véio, e eu estava cuidando da menina, eu peguei e falei ‘*vou me embora*’. O véio olhou pra mim e grelou os olhos quando os padrões ficaram chocados e me pediram uma explicação. Então eu falei ‘*apois eu vou dizer agora*’ e contei sobre as violências que ele cometia e pontuei que ‘*e pra eu não dar uma facada nele eu vou me embora*’, ainda finalizei dizendo que ‘*sinto muito, gosto muito da sua filha mas eu vou me embora*’.

A mulher do véio abaixou a cabeça e o filho dele questionou ele e o acusou de já ter feito esse tipo de coisa antes com outras funcionárias. Depois, eu peguei minhas malas e fui para Pernambuco, com uns 18 para 19 anos, onde sofri muito nas mãos da minha sogra. Já adulta, larguei dele e voltei com meu menino, ainda pequeno, para perto dos meus pais, e, meu pai me recebeu. Pouco tempo depois, fui violentada pelo genitor da minha segunda filha e fiquei grávida dela. Escondi minha gravidez por nove meses, quando meu pai descobriu ele me expulsou e eu tive minha filha poucos dias depois, lá na Cidade Nova mesmo, com a ajuda da minha mãe que era parteira. Eu ia dar minha filha para uma mulher que estava me aguardando enquanto eu estava parindo, mas por insistência da minha irmã eu fiquei com a menina e passei um tempo morando na casa da minha irmã, que ela me deu.

Com uns 22 anos, passei a morar com meus dois filhos, o menino de cerca de 4 anos e a menina que *nasceu nua porque nasce nua né? Mas a roupa que teve foi muito pouca, mas eu não dei* ela. Coloquei os meninos na creche, a neném ainda era molinha, e voltei a trabalhar em casa de família. Mas precisei sair do trabalho, porque minha filha adoeceu e emagreceu tanto que ficou só o couro e o osso, e, nem o genitor nem ninguém me ajudou. *Mas, e eu continuava ... se passasse uma galinha no quintal da minha irmã eu pegava pra comer.* Eu tinha uma vizinha que também sofria com a filha e apanhava muito do marido, nós nos ajudávamos, se uma arrumasse a galinha que passasse na rua a outra arrumava a farinha ou o arroz. Um tempo depois minha vizinha fugiu levando a filha e deixou para mim algumas coisinhas e roupinhas para minha menina, além de ter me dado o berço que a filha dela usava. Eu sofri de fome enquanto meu pai vivia na fartura e não queria mais saber de mim por ter tido minha filha, além disso ele era como um vigia sempre buscando impedir meu irmão de me ajudar.

E um dia eu tava... eu decidi que eu tinha que morrer... eu fiz de tudo... aí eu fui na casa do vizinho, pedi veneno a ele. Disse a ele que eu tava com um bocado de formiga dentro de casa e tava mordendo os menino, aí ele me deu... Aí eu cheguei em casa... deixei lá, quando foi de manhã cedo eu preparei os três copo, pra menina, pro menino e pra mim. Enquanto estava sentada dentro de casa, um homem todo de branco e de chapéu apareceu na minha porta e perguntou se eu tinha perdido a fé em Deus, depois começou a jogar fora os líquidos dos copos enquanto dizia que minha vida ia se transformar e pra que eu recobrasse minha fé em Deus. Perguntei se minha vizinha tinha o visto depois que ele foi embora, mas ela disse que não viu ninguém. No dia seguinte, minha irmã foi na minha casa e levou comida para meus filhos, mas levou o resto embora sem que eu tivesse comido.

Ela me falou que chorou durante toda a volta para casa e que contou para meu pai que eu e meus filhos iríamos morrer de fome. No dia seguinte, meu irmão mais novo foi para minha casa levando passagens de caminhão e de ônibus e disse que eu iria morar com minha avó na casa de praia. *Depois que eu fui pra praia, eu deixei de ser escrava, comecei a trabalhar pra sustentar meus filho...* desde então nunca mais vi meus filhos passarem fome. Ainda voltei para Salvador por um período para trabalhar e deixei meus filhos com minha irmã, mas depois retornei. Tenho mais um filho, de outro genitor, e atualmente sou casada na igreja, um sonho que consegui realizar, com outro homem (que por sua vez tem 7 filhos). Posso não ter realizado meu sonho de trabalhar em cruzeiros/navios e não ter mais nenhum sonho relacionado à profissão. Consegui concluir meu ensino médio, só eu e um irmão conseguimos fazer isso enquanto todos os outros pararam de estudar, e, hoje aos 56 anos sou aposentada pela pesca.

Hoje, andando em movimentos sociais e vendo na televisão pessoas falando sobre o assunto, percebo que minha situação na infância era atípica e ruim, e que o trabalho pesado, na roça e na maré, estão surtindo efeitos. Tanto eu quanto minhas irmãs temos problemas nos ossos por termos trabalhado muito e não termos nos alimentado direito (sem beber muito leite). Por isso, hoje me esforço para garantir que minhas netas tomem leite e os nutrientes necessários para não terem as dores que eu e minha filha temos. Também não deixei meus filhos trabalharem na infância, quis que eles estudassem para ser mais alguma coisa, acredito também que a universidade não é para rico e sim para pobre, pra ter oportunidades.

Deixava apenas que meus filhos lavassem um prato e uma coisa quando eu ia trabalhar na roça. Atualmente continuo vendo muitas crianças da comunidade que vão com as mães para a maré, para tirar as coisas mas não pra vender, e, elas continuam na escola. Acredito que esse trabalho de ajuda a suas mães, quando não tira as crianças da escola e nem priva elas de

momentos ociosos não se configura como trabalho infantil. Também acho que é bom as crianças saberem um pouco de trabalho para verem dinheiro chegando e não se envolverem com coisas ruins e com dinheiro fácil. No entanto, o que eu passei foi terrível e tenho coragem pra dizer para meu pai hoje,

‘O senhor era pra ter morrido com o bando de Lampião. Porque o senhor é um cangaceiro de Lampião’. Porque realmente meu pai era muito muito ignorante, muito”

4 “MARIAS”: POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NAS INFÂNCIAS E MULHERIDADES NEGRAS

Maria, trabalhadora doméstica negra, era mãe solo de três meninos, de pais diferentes, e o esforço, o cansaço, o cuidado e a preocupação eram aspectos constantes na sua vida. Maria foi linchada, numa segunda-feira, levando para casa, para seus filhos, os restos da comida de uma festa feita pelos seus patrões no dia anterior. Ela queria que suas crianças pudessem experimentar o melão que estava levando. Queria que tivessem uma vida diferente (Evaristo, 2016).

Conceição, mulher preta e mineira, que foi uma, entre algumas, de sua família que trabalhou como empregada doméstica (Dannemann, 2020), escreveu a personagem de Maria e muitas mais iguais a ela, que na realidade-ficção foram linchadas literalmente ou não. Considero que Dandara foi “linchada” quando um velho passou a mão em seu corpo infantil enquanto trabalhava prematuramente na casa dele. Considero que Antônia foi “linchada” ao não poder ter estudado desde cedo, como tanto desejou que seus filhos fizessem. Considero que Margarida foi linchada por ter que trabalhar na casa de uma família para que seus irmãos e sua mãe não passassem fome. Também considero que Vânia foi “linchada” no momento que uma senhora olhou para ela, ainda criança, e achou que era cabível pedir à mãe dela que lhe cedesse sua filha para trabalhar em sua casa cuidando da sua neta, que também era uma criança.

Este capítulo recebe o nome de “Marias”, baseado no conto da personagem Maria, feito por Conceição Evaristo, que se assemelha com as vivências das quatro mulheres acima mencionadas, mas diferente do recorte da história de Maria, o trabalho de doméstica foi uma realidade dessas mulheres enquanto ainda eram crianças. De forma similar a Maria, todas elas passaram suas vidas cuidando, trabalhando e sendo surpreendentemente felizes apesar de todas as dificuldades impostas, além de quererem que seus filhos tivessem vidas melhores que as suas. Essas diferentes mulheridades, que são de diversas gerações/temporalidades e territórios, demonstram como mesmo com experiências distintas, as interseccionalidades que constituem as mulheridades negras aproximam as violências por elas sofridas, seja a objetificação e/ou “masculinização” de seus corpos até a atribuição de papéis de cuidadoras, que, por sua vez são pouco ou nada cuidadas.

As escrevivências apresentadas, também mostram, mesmo que sutilmente, como as novas concepções de infância junto com o progressivo combate internacional e estatal ao trabalho infantil começaram a alcançar as comunidades tradicionais sergipanas. Os relatos

ainda oferecem algumas pistas do que pode ser melhorado nacional e internacionalmente para o combate dessa prática laboral. Portanto, com base no exposto pelas entrevistadas, alguns pontos serão analisados a seguir.

4.1. Os papéis de doméstica, mãe preta e mulata desde a infância

Quando o europeu chegou à África, nossas antepassadas foram arrancadas do convívio de seus filhos, de suas famílias e de seus povos, transformadas em mercadorias e vendidas por bons preços para trabalharem até o fim de seus dias numa terra absolutamente desconhecida. As que não morriam nos malfadados navios negreiros, ao chegarem aqui, eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava de oito trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa-grande. Tanto uma como outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje. (Gonzalez, 2020, p.183)

Vale mencionar que as mulheridades que tiveram parte das suas histórias contadas no capítulo anterior, foram ou são tanto a “trabalhadora doméstica” quanto a “trabalhadora rural”. Imediatamente após a abolição da escravidão o trabalho da mulher negra aumentou consideravelmente. Dita como a “viga mestra de sua comunidade” ela se tornou “o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família” (Gonzalez, 2020, p.33). Na sua realidade, que pouco foi alterada com o passar dos anos, ela precisa conciliar as tarefas domésticas e familiares da sua casa para seguir para a casa da patroa (Gonzalez, 2020, p.33). De acordo com a PNAD Contínua, em 2024, dentre o maior contingente de mulheres do que homens que eram responsáveis por domicílios, mais da metade delas eram mulheres pretas ou pardas (RASEAM, 2026, p.22, 24 e 29).

O malabarismo entre o trabalho dentro e fora de casa são realidades latentes das mulheres entrevistadas - Dandara, por exemplo, apoiou os pais desde a infância para colocar comida dentro de casa enquanto trabalhava e estudava, e até hoje ainda vive uma correria no cuidado da família. Lélia Gonzalez (2020, p.33) aponta que depois do Censo de 1950, os censos seguintes (de 1960, 1970 e 1980) pararam de fornecer os “indicadores sociais básicos relativos à educação e ao setor da atividade econômica da mulher negra”. Nesses períodos, algumas das mulheres entrevistadas já começavam a trabalhar em casas, na maré ou na roça, e, os seus lares, que em dois dos casos eram chefiados por mães solteiras negras, não foram avaliados por estes censos. Caso isso tivesse ocorrido, seria relatado que a mãe de Margarida, que criou 10 filhos sozinha, se encaixava no perfil predominante de analfabetismo entre mulheres negras, que apareceu no Censo de 1950, ou mencionaria em qual porcentagem de área econômica a mãe de Antônia se enquadraria.

Às custas das mulheres negras, que ocupam os papéis de “domésticas” ou “mulatas” (no qual é explorada e posta numa posição de objeto sexual), as mulheres brancas

conquistaram e conquistam sua libertação, já que enquanto elas cuidavam dos seus lares e dos domicílios das patroas, as segundas conseguiam sua emancipação econômica (Gonzalez, 2020, 35-37). Fato que acometeu Vânia ainda criança, quando foi chamada para ser babá de uma recém-nascida, para ajudar a mãe da bebê a conciliar seu trabalho numa loja e a criação da filha. Enquanto isso, Vânia não estudava, na verdade, ela trabalhava e morava na casa da família sem receber nenhum dinheiro. Tem também a figura da “mãe preta”, que seria a mulher que criou, educando e cuidando, as crianças brancas, pelo menos quando ainda eram menores (Gonzalez, 2020, p.46). Teria sido Vânia, a “mãe preta” de duas bebês brancas, enquanto ainda era uma criança e depois uma adolescente?

Em relação ao papel de doméstica, a autora (2020, p.73), argumenta que “ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano”. Gonzalez (2020, p.146) destaca que muitas mulheres negras de baixa renda tinham iniciado sua vida laboral com menos de 10 anos como trabalhadoras domésticas em “casas de família”, principalmente as filhas mais velhas, segundo uma pesquisa realizada em 1983. Por volta desse período, Vânia e Margarida faziam parte dessa realidade, enquanto Antônio já tinha passado por isso e Dandara iria passar alguns anos depois. Além disso, com exceção de Vânia, todas as outras entrevistadas eram ou estavam entre as filhas mais velhas (pelo menos entre as filhas mulheres). Contudo, mesmo tendo sido parte do contingente de trabalhadoras infantis domésticas, todas elas iniciaram sua vida laboral no meio rural, trabalhando na maré ou na roça.

A escritora (2020, p. 286) ainda questiona: “quantas empregadas domésticas não sofrem investidas de seus patrões etc. A mulata ficou como símbolo dessa exploração, mas não é só em sua figura que a mulher negra é explorada.”, fato que coincide com os relatos de assédio sexual sofridos por Vânia e Dandara, por homens idosos e brancos, enquanto trabalhavam como empregadas domésticas na adolescência e na infância, respectivamente. Os entrelaçamentos entre a discussão feita por Lélia Gonzalez com situação vivida entre as mulheres entrevistadas aproxima as mulheres negras que as antecederam (suas mães) e elas próprias - que foram acometidas pelo adultescimento¹⁸ ao terem suas infâncias, desde quando eram crianças, afetadas pela situação socioeconômica das mulheres negras que as cercavam. Como dito por Gonzalez (2020, p.181),

a situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora,

¹⁸ Este conceito será debatido nas páginas 57 e 58

continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar.

4.2. Afinal, o que é ser criança?

Segundo Lucia Rabello de Castro (2021, p.41), “os estudos da infância, desde sua origem no final do século XIX, têm se apoiado em conceitos universais sobre as crianças e são parte integrante de uma concepção global de civilização e modernização a partir da Europa”. A infância passou de não representada na arte medieval até ter o protagonismo em pinturas no século XVII (Ariès, 2014), para, no século XX, o fato de “ser criança” ser dito como universalmente inferior frente à superioridade de ser adulto, a partir do conceito de desenvolvimento humano (Castro, 2021, p.41-42). Contrapondo-se a esta lógica, outros universalismos sobre “criança” e “infância”, postulados pela perspectiva eurocêntrica contemporânea, criaram a noção de uma “criança global” que possui competência, agência e autonomia (Castro, 2021, p.42).

Essas categorias, tidas como universais, não se adequam às múltiplas percepções presentes na totalidade de culturas e nações existentes (Castro, 2021, p.42). A autora ainda afirma que “nesse sentido, a infância se torna um item de um projeto civilizatório universal articulado a visões de futuro e de sociedade no qual se estabelece o tipo de subjetividade humana a ser cultivada desde a mais tenra idade” (2021, p. 42). Considerando, então, a amplitude do debate sobre infância e acreditando que diversas concepções culturais, que fogem dos postulados universalistas, são possíveis, aqui, será defendida a infância (como previamente mencionado) com base na afroperspectividade.

De acordo com o filósofo Renato Noguera (2019, p.129),

a afroperspectividade opera articulando as possibilidades advindas de todos os sentidos para apresentar o mundo. De modo que não se trata de uma visão de mundo; mas, lançamos mão de olfatos de mundo, audição de mundo, tato de mundo, paladar de mundo. Daí, numa sinestésica articulação de sentidos de mundo, encontramos caminhos para nossa hipótese: espiritualidades e políticas que reestabeleçam laços com a Infância.

Noguera (2019, p.130), trata a categoria de Infância como uma condição, que pode ser experienciada por adultos e crianças, mas geralmente são as crianças que se expressam mais através dela, que permite “reinaugurar experiências e produzir mais-valor de vida” (Noguera, 2019, p.131), sendo esta mais-valor “o aumento da intensidade da vida, uma celebração de existir” (Noguera, 2019, p.131). O brincar é um elemento indispensável para a preservação da

infância e da mais-valia de vida (todos devem brincar, independente da fase cronológica da vida na qual estiver), abrir mão ou perdê-lo gera o adulescimento (Noguera, 2019). Ou seja, “adulescer é a forma por excelência de corrupção da vida, algo contra o qual não temos um remédio salvador. Mas, apenas, o reestabelecimento da infância pode nos convocar a superar o adulescimento” (Noguera, 2019, p.137). Na presente pesquisa também argumenta-se que o adulescer pode acometer crianças, quando elas são afastadas por diferentes motivos do brincar e param de produzir a mais-valia de vida, como pode ou não ocorrer ao trabalharem precocemente.

O brincar e a necessidade de preservá-lo, como algo essencial na infância e para as crianças, foi uma questão levantada em todas as entrevistas, mostrando uma consonância com a afroperspectiva. Dandara relatou não ter se sentido criança com frequência, por ter que apoiar seus pais e não poder brincar tanto, mas afirmou que ao brincar se sentia realizada. Ao descrever sua infância como “boa”, Antônia alegava que brincava bastante, atrelando novamente a condição de “infância” com ações brincantes. Vânia e Margarida fizeram declarações semelhantes, com a ressalva de Vânia dizer que só foi criança até por volta dos seus 6 anos, já que depois disso começou a trabalhar na maré e considerou que não teve mais infância.

É importante salientar que elas fazem essas análises das suas memórias com visões de mundo afetadas pelas informações absorvidas referentes aos constantes avanços nacionais e internacionais nos debates sobre infância, e, que na época em que eram crianças as práticas de trabalho infantil eram mais normalizadas e as necessidades não permitiram que essas mulheres tivessem outras oportunidades. De qualquer forma, algumas delas também afirmam que na época já tinham ciência do esforço e problemas referentes ao trabalho realizado. Já acerca do que elas acreditam ser necessário para as crianças atualmente, e incluíram/incluem na criação dos seus filhos, também existem semelhanças.

Todas reforçam a necessidade do brincar e do estudo na vida das crianças, além de serem contra práticas exploratórias de trabalho infantil que prejudiquem o tempo ocioso e a educação da população infanto-juvenil. Na maioria das entrevistas, foi relatado como a discussão, de amplitude internacional¹⁹, sobre essa forma de labor e cuidados com as crianças chegou nas comunidades tradicionais, seja se manifestando nas escolas, em discussões de vizinhos ou a partir de denúncias para o conselho tutelar. A televisão e a participação em

¹⁹ Esta é uma das demonstrações sobre como o internacional se aproxima do local a partir de diferentes mídias e meios de comunicação. Fazendo com que uma discussão tão invisibilizada até parte do século XX, sobre infância e trabalho infantil, alcançasse o interior de comunidades tradicionais sergipanas com o passar das décadas e com o esforço mundial e brasileiro para combater essa prática

movimentos sociais foram outros meios pelos quais elas ficaram cientes sobre a temática. O uso contínuo do celular foi outro ponto em comum nas conversas, nas quais elas afirmaram que atualmente as crianças estão muito apegadas a eles. Vânia até pontuou que atualmente as crianças não sabem “ser criança”, por não poderem brincar livremente como na sua época, comentário que se assemelha a reflexão proposta por Simas (2019, p.89)

Para brincar, afinal, há que se ter a disponibilidade de tempo e espaço e a experiência da escassez que permite a invenção. As crianças de hoje não têm nada disso, atoladas em múltiplas atividades, reféns do consumo do objeto vendido pronto e confinadas entre muros concretos e imaginários, erguidos com a dureza de cimentos, preconceitos e medos.

A partir do elucidado, é possível perceber que a perspectiva de infância sustentada neste trabalho, que valoriza as forças brincantes, assemelha-se aos argumentos trazidos pelas mulheres entrevistadas. Entretanto, é possível perceber uma dissonância, que se refere ao fato de que elas se ativeram a “infância” e “criança” como sinônimos e referentes a um período passageiro da vida, e não pareceram considerar a possibilidade da permanência da infância durante a fase adulta (a pergunta feita sobre sonhos era uma abertura para saber se elas percebiam esse encanto “infantil” ainda em suas vidas). Duas outras questões que merecem atenção são a presença do trabalho na vida de crianças e adolescentes, e a falta de vontade de muitos jovens de permanecerem nas escolas e sua vontade de começar a trabalhar cedo.

Quase todas as quatro mulheres afirmaram não querer que seus filhos passassem pelo que elas passaram e tivessem outras oportunidades, principalmente a partir do acesso ao sistema educacional. Entretanto, muitas delas ensinaram ou ensinam aos seus filhos determinados serviços laborais, seja de manutenção e limpeza da própria casa ou como trabalhar na maré. Os filhos de Antônia e Margarida trabalharam na maré durante a infância, a primeira delas quis afastá-los do mangue para que focassem nos estudos, mas eles tinham interesse em ganhar o próprio dinheiro e começaram a trabalhar. A segunda não quis que os filhos deixassem de estudar enquanto trabalhavam, mas não achava ruim que eles exercessem até certo ponto essas práticas laborais por ser uma forma de afastar eles da “vagabundagem”.

Já Dandara começou a levar seu filho pré-adolescente para começar a mariscar, como forma de aprendizagem e pelo receio de não conseguir sustentar seus filhos até a maioridade, além de ensinar para ele e para a filha, com uma idade próxima, os serviços domésticos para que ela tivesse ajuda dentro de casa enquanto mãe solo. Vânia também acredita que um certo nível de ocupação profissional é bom para que os jovens não se envolvam com formas de obter dinheiro “fácil”, e, que trabalhos em casos de necessidade familiar, nos quais os

genitores precisam de ajuda em determinadas funções, contanto que não afetem a educação dos menores e seus períodos de descanso, são aceitáveis.

Todas as pontuações são extremamente compreensíveis, já que nenhuma delas defendeu a exploração infantil e ressaltaram a necessidade de trabalhar por dificuldades econômicas e/ou pelo medo de se envolvimento com a criminalidade (estas razões são semelhantes ao pontuado por Rizzini no capítulo 2, e destacam como crenças de “vangloriação” do trabalho como elemento disciplinador permanecem latentes mesmo com o fim do século XX). Mesmo que seja uma prática extremamente danosa, Muniz e Sobel (2008), fizeram uma análise comparativa entre os dados da PNAD Contínua de 1995 e 2004 e constataram que ainda que com a contribuição de menos de meio salário mínimo (nas épocas eram R\$100 e R\$260), o trabalho de crianças (entre 5 e 14 anos) ajudava imensamente na renda familiar, impedindo inclusive que essas crianças entrassem nos níveis de pobreza ou indigência. Os autores (2008, p.16) destacam que, para os adultos poderem retirar as crianças da esfera trabalhista sem que a pobreza do país aumente, é imprescindível que políticas econômicas e sociais, voltadas ao aumento da renda familiar, sejam adotadas.

Mesmo sendo um artigo antigo, como relatado pelas mulheres, ainda tem famílias que necessitam da ajuda de seus filhos (como os filhos de Margarida ajudaram ela e os filhos de Dandara estão começando a ajudar), o que as impossibilita de tirar eles do mercado de trabalho. A segunda questão que merece atenção é a vontade das gerações de jovens, posteriores a das entrevistadas, que querem abandonar seus estudos e trabalhar, mesmo que por vezes sejam extremamente incentivados por seus pais a continuarem estudando, como foi o caso dos filhos de Antônia e Margarida. Um dos motivos para esse fenômeno pode ser o levantado por Margarida e por seu único filho que não concluiu o ensino médio, que é o fato dessas pessoas não conseguirem emprego e remuneração de forma imediata ou até tardiamente após tantos anos de estudo.

Outra possível razão é o descompromisso e escanteamento histórico da constituição de escolas para as classes populares, em detrimento da priorização dos interesses das elites, fazendo com que essa parte da população tenha uma educação marcada pela exclusão e pela falta de qualidade (Alberto et al., 2011, p.296). Nesse cenário, a partir dos autores Sousa (2006) e Tavares (2002), Alberto et al. (2011, p.296), discute que os trabalhadores infantis que precisam conciliar educação e trabalho são alvos de perda educacional, já que, por exemplo, podem repetir o ano ou abandonar a escola, e, prejudicar uma possível inserção futura melhor no mercado de trabalho. Segundo Simas (2019, p.89), “a escola ocidental, fundamentada no

ensino seriado e na fragmentação de conteúdo, é geralmente normativa, padroniza comportamentos e corpos.”

Num contexto no qual “As condições físicas, materiais e de formação profissional das escolas muitas vezes apenas reproduzem a precariedade das condições que as crianças enfrentam em casa” (Sorj, 2008, p.87), não é surpreendente que os jovens desejem abandonar o sistema educacional. Esses motivos ressaltam ainda mais o quão imprescindível é a intersectorialidade (MDS/SNCF, 2023), mencionada no capítulo 2, no combate do trabalho infantil²⁰. De acordo com a OIT (2013, p.42, tradução minha),

como resultado, o trabalho infantil doméstico tem exigido respostas que ultrapassem os limites políticos e que envolvam uma variedade de vozes, tanto dentro quanto fora do governo. O trabalho infantil doméstico não é apenas uma preocupação das crianças, suas famílias e as comunidades, mas também é pertinente para agendas e planos de desenvolvimento nacional mais amplos, incluindo redução de pobreza e decisões referentes a alocação de recursos financeiros. Isso significa que enquanto a responsabilidade de lidar com o trabalho infantil doméstico depender primariamente dos governos nacionais e suas instituições - com a ajuda de empregadores e trabalhadores de organizações e da sociedade civil - as agências internacionais tem um papel crucial em acolher e apoiar essas atividades. Agências como a OIT, Unicef, UNESCO, e o Banco Mundial devem, em particular, continuar a apoiar a integração de respostas políticas e dos termos dos instrumentos internacionais relevantes em planos de desenvolvimento nacional e setorial mais amplos.

O internacional e o nacional se aproximam da realidade territorial sergipana quando é perceptível que mesmo com as normativas adotadas e com as diversas iniciativas promovidas, sem melhorias definitivas, o imaginário popular e a necessidade de sobrevivência priorizam o trabalho precoce e tratam-no como essencial (por isso as mulheres, mesmo sabendo sobre a problemática do trabalho infantil atualmente e acreditando na crença difundida pelo Estado sobre a importância educacional, não descartam o trabalho para seus filhos como se trabalhar fornecesse valores e moral necessários e indispensáveis). As Organizações Internacionais assim como o Estado brasileiro estão cientes da necessidade de combinar seus esforços e não se afastar de iniciativas intersectoriais, contudo, ainda têm muito a ser feito para que as medidas sejam efetivas e duradouras. Porém, é expressivo o impacto que o combate brasileiro/internacional ao trabalho infantil está surtindo devido a capilarização que este debate está tomando.

Afinal, se a pobreza fosse erradicada e as condições empregatícias e educacionais fossem melhoradas, o trabalho poderia não fazer parte ou ser a opção escolhida por crianças ou jovens para integrar sua realidade. A menos que fossem práticas de transmissão de

²⁰ Muitas conquistas nacionais e internacionais já foram feitas ao longo dos anos, como as apresentadas no capítulo 2, e, estão surtindo efeito segundo o que foi dito nas entrevistas. Alguns exemplos são: o FIES que ajudou no ingresso do filho de Margarida na faculdade; as aposentadorias recebidas por Vânia e Antônio; o Bolsa Família que é a principal e mais estável fonte de renda que Dandara e seus filhos têm; e, os auxílios financeiros destinados aos estudantes das escolas públicas.

conhecimentos tradicionais (como a mariscagem, mas não como uma atividade extremamente frequente e/ou sem certas limitações, devido aos riscos que pode causar no período infanto-juvenil) que ampliassem a harmonia entre os seres humanos e a natureza.

5 CONCLUSÃO

Mais uma vez, vou me valer das palavras de Conceição Evaristo por elas retratarem tão poeticamente o que acredito e tentei trazer nesta pesquisa.

RECORDAR É PRECISO (Conceição Evaristo)

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos

A memória bravia lança o leme:

Recordar é preciso.

O movimento vaivém nas águas-lembranças dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.

Sou eternamente naufraga,

mas os fundos oceanos não me amedrontam

e nem me imobilizam.

Uma paixão profunda é a boia que me emerge.

Sei que o mistério subsiste além das águas.

VOZES-MULHERES (Conceição Evaristo)

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio

ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoar versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Este trabalho foi a tentativa de construção de uma memória coletiva, que condense diferentes memórias subterrâneas e a memória nacional (Pollak, 1989) referentes ao trabalho infantil doméstico, a partir das escrituras de mulheridades negras nordestinas. Ele foi um esforço de subversão, em meio a tantos outros existentes, para as Relações Internacionais, ao tentar reforçar o quanto o interno (neste caso, as comunidades tradicionais de Sergipe) e o internacional conversam entre si e precisam ser vistos em conjunto para observar de que forma as decisões feitas no âmbito macro alcançam o âmbito micro, e como melhorias podem ser feitas depois disso.

A erradicação do trabalho infantil doméstico é um compromisso nacionalmente e internacionalmente assumido e aos poucos vêm apresentando bons resultados, mas a pobreza, o racismo e o machismo ainda persistem, fazendo com que ele não consiga de fato

desaparecer. O doméstico, o externo e o territorial (no caso das comunidades tradicionais), convergem ao ponto de que a partir das entrevistas foi possível perceber como as discussões promovidas entre Estados estão alcançando essas mulheres em suas diferentes comunidades e alterando suas percepções acerca da importância da educação e sobre como as crianças precisam ser tratadas (com a preservação do seu bem-estar e do brincar).

O esforço mundial de conscientização dos problemas ao trabalho infantil, mostrou alguns dos seus frutos em povoados sergipanos, por exemplo, quando uma senhora sergipana de 56 anos (Vânia) passou a reconhecer sua situação na infância como escravidão após descobrir sobre a temática que é circulada cada vez mais. Além disso, as diferentes medidas nacionais de mitigação da pobreza que estão sendo adotadas pelo Estado brasileiro ao longo de décadas também têm surtido efeito ao ter possibilitado que algumas dessas mulheres tenham tido melhores condições socioeconômicas, quando adultas, que colaboraram para que seus filhos não enfrentassem realidades idênticas às suas (essa é uma demonstração de como os esforços nacionais estão chegando em diferentes territórios do Brasil).

Entretanto, muitos problemas nesse combate persistem e também mostram seus efeitos nesses territórios tradicionais (como apontado nas entrevistas), são eles: o fato da pobreza não ser erradicada nacionalmente e internacionalmente (o que faz com que muitas crianças ainda precisem trabalhar por necessidade para ajudar as famílias); o sucateamento do ensino que está interligado ao trabalho infantil e não foi adequadamente solucionado, fazendo com que muitos jovens ainda escolham abandonar os estudos e ir trabalhar; e a vulnerabilidade interseccional enfrentada por meninas e mulheres negras, que ainda são vítimas de racismo e machismo e continuam a ser afetadas por esse tipo de labor tanto nos dados internacionais como nas realidades locais.

Todos os dias, meninas e mulheres negras são apartadas das forças brincantes que a vida oferece, ao terem que cuidar dos que as cercam. Somos profundamente conectadas e similares a nossas antepassadas e nossas histórias são indissociáveis, mesmo que pertençamos a temporalidades diferentes. Somos constantemente feridas, desde tão tenra idade, e vivemos preocupadas não conosco, mas com o “outro”, um outro que nos objetifica e sexualiza. Precisamos, além das nossas conquistas, relatar nossas dores, porque elas ainda doem e se acumulam a um ponto em que não querer mais viver ou não saber se nossos corpos vão aguentar mais um dia é mais comum do que quem está de fora pode imaginar.

Precisamos desaguar, precisamos ser cuidadas e precisamos ser permitidas de preservar nossas infâncias por quanto tempo for possível (preferencialmente até quando formos idosas e o encantamento não tenha se esvaído dos nossos seres). Para além das

tratativas internacionais e das medidas nacionais adotadas, sem as percepções dessas trabalhadoras, ou ex-trabalhadoras, dificilmente será possível associar esse tipo de serviço com a constituição de suas mulheridades. Como apontado por Conceição Evaristo nos seus poemas apresentados acima, que foram reunidos pela revista Cronos em 2022, *uma mulher negra é todas as vozes que a antecederam e virão depois de si, e, por isso, não se pode deixar de recordar*.

São a recordação e o acalanto dessas dores peças motrizes indispensáveis na construção, nacional e internacional, de uma memória coletiva futura na qual o brincar, não mais o trabalho, permeie a vida de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberto, Maria de Fátima Pereira; et al. O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO. **Psicologia & Sociedade**; 23 (2), p.293-302, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. - 2.ed.- [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : LTC, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Cuidados e Família). Nota Informativa nº3/2023-MDS/SNCF. **Trabalho Infantil e Políticas de Cuidado**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SNCF/notas-informativas/nota_informativa_n_3.pdf. Acesso em: 7 jan 2026.

BUREAU Internacional do Trabalho e Fundo das Nações Unidas para a Infância, **Trabalho infantil: estimativas mundiais para 2024, tendências e o caminho a percorrer**, Sumário Executivo, OIT e UNICEF, Genebra e Nova Iorque, 2025. Licença: CC BY 4.0.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. Capítulo 3: Epistemicídio.

CASTRO, Lucia Rabello. OS UNIVERSALISMOS NO ESTUDO DA INFÂNCIA: A CRIANÇA EM DESENVOLVIMENTO E A CRIANÇA GLOBAL. In: CASTRO, Lucia Rabello (org). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador : EDUFBA, 2021. p. 41-60.

DANNEMANN, Angela. Vivências da absorção e da expressão. n: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações: Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 227-243.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações: Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita (Depoimento)²¹. ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

²¹ É destacado que o texto foi “apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 2005” (Evaristo, 2007, n.p.)

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 7 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2024. 142 p.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 120p.

EVARISTO, Conceição. RECORDAR É PRECISO. In: POEMAS de Conceição Evaristo. **Cronos**: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais, UFRN, Natal, v. 23, n. 1, jan./jun. 2022, ISSN 1982-5560.

EVARISTO, Conceição. VOZES-MULHERES. In: POEMAS de Conceição Evaristo. **Cronos**: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais, UFRN, Natal, v. 23, n. 1, jan./jun. 2022, ISSN 1982-5560.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI). **O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL**: análises estatísticas. Brasília: FNPETI, 2022. Disponível em: https://media.fnpeti.org.br/publicacoes/arquivo/O_trabalho_infantil_dom%C3%A9stico_no_Brasil_-_an%C3%A1lises_e_estatisticas.pdf. Acesso em: 7 jan 2026.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI). **O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL**: análise dos microdados da PnadC 2022. Brasília: FNPETI, 2024. Disponível em: https://media.fnpeti.org.br/publicacoes/arquivo/TrabalhoInfantil_analise_microdados_PnadC_2022_FNPETI.pdf. Acesso em: 7 jan 2026.

GARCIA, Anna Marcella Mendes. “**As crias da casa**”: UMA ANÁLISE SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO EXERCIDO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVO NOS PROCEDIMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais. In: **CEDEP – Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata da Universidade Federal do Rio Grande do Sul** UFRGS, 2003. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf. Acesso em: 19 jan 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima [organização]. São Paulo: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ain't I a Woman: Black Women and feminism**. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IGNÁCIA, Lauren Reis Savi. **RAÍZES DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: PERSPECTIVAS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE. XX Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e XVI Mostra Internacional de Trabalhos Científicos**, 2024. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/24153>. Acesso em: 14 jul 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. Tradução de João Manuel Ribeiro Coelho e Sérgio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LIBARDI, Suzana Santos. ESTUDOS DA INFÂNCIA NO BRASIL E CRIANÇAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS. In: TANCREDI, Ana Maria Orlandina; et al (orgs.). Diversidade e participação em pesquisas com crianças e infâncias Vol. III. **POLÍTICA, FORMAÇÃO E PRÁTICA EDUCATIVA NA INFÂNCIA**. Belém: EDUEPA, 2022. p. 1000-1010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcos-Santos-39/publication/366394967_CONCEPCOES_DE_INFANCIA_DE_CRIANCA_DE_EDUCACAO_INFANTIL_E_DE_FORMACAO/links/639f566f095a6a77743e074a/CONCEPCOES-DE-INFANCIA-DE-CRIANCA-DE-EDUCACAO-INFANTIL-E-DE-FORMACAO.pdf#page=1000. Acesso em: 15 fev 2026.

MARCOS FERREIRA. Angry Black woman (Legendado) - por Porsha O. In: Marcos Ferreira. **Youtube**, 21 ago 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iiPiJ_Ge50s. Acesso em 04 jul 2026.

MARGARIDA Perfumada. Intérprete: Timbalada. Compositor: Carlinhos Brown; Cícero Menezes. In: **Andei Road**. [S.l.]: Universal Music Ltda, 1995. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cfN2lLqEZr4&list=RDcfN2lLqEZr4&start_radio=1. Acesso em: 04 jul 2026.

Maria Victoria Nunes Souza. **Trabalho Escravo Contemporâneo, Trabalho Infantil e Organizações internacionais**. 2022. Iniciação Científica. (Graduando em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Sergipe. Orientador: Flávia de Ávila.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

MOTA, Talita; JORGE, Marco Antonio; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESTADOS DE SERGIPE E SANTA CATARINA. **Revista da ABET**, v. 16, n. 2, p. 100-118, Jul./Dez. de 2017.

MUNDURUKU, Daniel. Educar o corpo e o espírito para ser criança. In: SMB 2018: Daniel Munduruku fala sobre “Educar o corpo e o espírito para ser criança”. **Aliança pela Infância**, 18 maio 2018. Disponível em:

<https://aliancapelainfancia.org.br/smb-2018-daniel-munduruku-fala-sobre-educar-o-corpo-e-o-espirito-para-ser-crianca/>. Acesso em: 15 fev 2026.

MUNIZ, André Luiz Pires; SOBEL, Tiago Farias. **A importância da renda do trabalho infantil para a sobrevivência familiar**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú – MG, 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilá Ribeiro).

NOGUERA, Renato. O PODER DA INFÂNCIA: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr., 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Ending child labour in domestic work and protecting young workers from abusive working conditions**. Genebra: OIT, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Notas OIT/ O Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina E Caribe**: Erradicar o trabalho infantil doméstico. Luxemburgo: OIT, 2011.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgações estruturais e especiais. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**, [s.d]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 5 jul 2026.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://abpanet.org/wp-content/uploads/tainacan-items/922/3560/1989_michael_pollak_memo ria_esquecimento_silencio_ptbr.pdf. Acesso em: 4 jul 2026.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 389-420.

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER (RASEAM). Brasília, DF: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Ministério das Mulheres, ano 9, mar. 2026. ISSN 2318-5619.

SANTOS, Joelma Trajano dos. Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta. **O Social em Questão**, Ano XIX, n. 35, p.149 - 170, 2016.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (orgs.). **TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS**: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. ISBN 978-85-86548-15-4.

VALENÇA, Marcelo M; TOSTES, Ana Paula Balthazar. O Storytelling como ferramenta de aprendizado ativo. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-243, 2019.

VILELA, Ananda. Epistemicídio e Relações Internacionais. **Revista África e Africanidades**, Ano XIV, p. 25-36, 2021. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/dossierelacoesinternacionais2021.pdf#page=28>. Acesso em: 16 jan 2026.

ANEXO

(QUESTIONÁRIO APLICADO)

1ª PARTE: INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1- Qual o seu nome? (A RESPOSTA DESSA PERGUNTA SERÁ MANTIDA EM ANONIMATO)**
- 2- Quantos anos você tem?**
- 3- Qual a sua profissão? É um trabalho informal?**
- 4- Qual a sua raça/etnia?**
- 5- Em qual comunidade/município você mora?**
- 6- Faz parte de algum movimento social? Se sim, qual?**
- 7- Qual a sua escolaridade?**
- 8- Recebe algum auxílio ou bolsa do governo?**

2ª PARTE: TRABALHO INFANTIL E REALIDADE NA INFÂNCIA

- 1- Trabalhou na infância ou na adolescência? Caso sim, com o que?**
- 2- Por quanto tempo trabalhou?**
- 3- Quais os motivos que te levaram a trabalhar?**
- 4- Encarava/considerava essas atividades como trabalho ou como alguma outra coisa?**
- 5- Quais as condições de trabalho?**
- 6- Esse trabalho afetou seus estudos?**
- 7- Teve acesso à educação na sua comunidade?**
- 8- Trabalhou dentro da sua casa ou na casa de terceiros?**
- 9- O trabalho exercido na infância influenciou sua profissão na fase adulta?**
- 10- Sofreu algum tipo de violência (racial, psicológica, sexual, física) no exercício do trabalho na infância?**
- 11- Você tinha algum sonho? Ele foi alterado pelo trabalho infantil? Conseguiu realizá-lo?**
- 12- Você tem algum sonho?**
- 13- Sente que foi criança? Que teve infância?**
- 14- Era comum na sua comunidade que meninas trabalhassem na infância?**

- 15- Conhece muitas mulheres negras de comunidades tradicionais que também foram trabalhadoras infantis domésticas?**
- 16- Tem filhos?**
- 17- Seus filhos trabalham ou trabalharam na infância? Por qual motivo?**
- 18- O que você considera infância? Como você acredita que se deva ser criança?**
- 19- Qual a concepção de infância e de criança na sua comunidade?**
- 20- Acredita que o Estado brasileiro colabora de forma positiva para o fim do trabalho infantil? Ele alcança sua comunidade?**
- 21- O que sua família pensava sobre seu trabalho?**
- 22- Mãe, pai, avós, irmãs, irmãos... Quem ficava com o dinheiro?**
- 23- Trabalhava em casa que tinha crianças? Brincava com elas? Comia na mesa?**
- 24- Tinha algum brinquedo? Com o que que você brincava?**